

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África

Luísa Cristina Sequeira de Miranda

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR: A
Naturalização dos Silêncios

Rio de Janeiro
2020



LuísaCristina Sequeira de Miranda

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR:

A Naturalização dos Silêncios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador Prof. Esp. Arthur José Baptista

Rio de Janeiro

2020

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

M672 Miranda, Luisa Cristina Sequeira de
Intolerância religiosa no ambiente escolar: a naturalização dos silêncios /
Luísa Cristina Sequeira de Miranda. - Rio de Janeiro, 2020.

62f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização de Ensino de
História da África) - Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Arthur José Baptista.

1. História da África - Estudo e ensino. 2. Intolerância religiosa -
Brasil. 3. Racismo. 4. Estigma. 5. Silêncio. I. Baptista, Arthur José. II.
Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 960

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Simone Alves - CRB7 5692.

Luísa Cristina Sequeira de Miranda

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NO AMBIENTE ESCOLAR:
A Naturalização dos Silêncios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Biologia vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Ciências e Biologia.

Aprovado em: 22/12/2020.

Prof^o Esp. Arthur José Baptista (Orientador)
Colégio Pedro II

Prof^o Dr. Rogério Cunha de Castro
Colégio Pedro II

Dra. Ana Lucia de Almeida Soutto Mayor
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ

*Para Jéssica, Heitor, Gabriel, Bia, Tchelsea e
todas as crianças de axé.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai Ayrá, por ser meu protetor e guardião nessa vida, me amparando e me dando força constante para seguir em frente.

Aos meus pais por sempre priorizarem a educação na minha formação e, continuarem apoiando todos os meus projetos e desafios.

Ao meu marido, Marcelo, que me estimulou ao longo desse projeto de todas as formas possíveis, embarcando comigo nessa jornada de retorno às minhas atividades acadêmicas, sempre ouvindo e participando de todas as difíceis fases que passamos esse ano.

Ao melhor orientador que os Orixás podiam ter colocado em meu caminho, Mestre Arthur José, que teve toda paciência e compreensão em todas as dificuldades encontradas por mim nesse projeto e, que nos muitos momentos de desespero e escuridão me trouxe luz, reorganização e orientação da melhor maneira possível.

Aos colegas deste curso Daniela Xavier e Flávio Gomes por terem sido a força que precisei para não desistir, por serem combustível e me fazerem acreditar que conseguiríamos.

Ao Ile Asé Ode Ti Omi Funfun, minha casa de axé, onde juntos aprendemos todos os dias novas lições de amor, conexão, resistência e fé.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a construção deste trabalho, em força, estímulo, relatos e inspiração.

Uma árvore não faz a floresta.

(Provérbio Iorubá)

RESUMO

MIRANDA, Luisa Cristina Sequeira de. **Intolerância religiosa no ambiente escolar: A Naturalização dos Silêncios**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

Esse trabalho pretende analisar a intolerância religiosa voltada para as religiões de matrizes africanas e seus adeptos e suas reproduções no ambiente escolar. Tem por objetivo identificar os padrões hegemônicos que contribuem para o perpetuamento do racismo diante das religiões afro-brasileiras na sociedade e como isto se reflete na escola. Denunciando as estruturas discriminatórias que se reproduzem no espaço escolar, esse estudo expõe algumas dificuldades da implementação da lei 10.639/03, e apresenta algumas alternativas de como colocar em pauta uma educação antirracista e que respeite as diferenças em busca de uma formação democrática de indivíduos. Através de análises de autores que trabalham o racismo religioso com foco nas religiões afro-brasileiras e relatos, essa pesquisa explicita como a escola pode se tornar um local de silenciamento e impedimento de construções identitárias positivas. Através de uma proposta pedagógica mostra como é possível mudar algumas lógicas pré-estabelecidas e como o docente pode ser ativo diante desses preconceitos que cercam o espaço escolar.

Palavras-chave: Intolerância Religiosa. Silêncio. Racismo. Estigmas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Livro Minhas Contas	47
Figura 2 - Mapa das viagens diáspóricas de diversas regiões onde escravizados foram trazidos para o Brasil.....	48
Figura 3 - Mapa do Continente africano antes da colonização europeia	48
Figura 4 - Mapa desenhado de 1570 do Continente Africano.....	49
Figura 5 - Mapa Político do Continente Africano atualizado.....	49
Figura 6 - Foto de um terreiro de candomblé	50
Figura 7 - ACARAJÉ - comida votiva preparada para culto à divindade Oyá.....	50
Figura 8 - Foto de xequerês instrumento musical utilizado nos cultos de candomblé	51
Figura 9 - Foto de um agogô, outro instrumento musical utilizado nos cultos de candomblé.....	51
Figura 10 - Representação ilustrada dos Orixás	52
Figura 11 - Imagem de alguns Orixás	53
Figura 12 - Imagem de alguns Orixás	53
Figura 13 - Ilustração sobre perseguição dos terreiros de candomblé	54
Figura 14 - Charge sobre perseguição aos adeptos de religiões afro-brasileiras	55
Figura 15 - Charge sobre intolerância religiosa.....	55
Figura 16 - Ilustração sobre perseguição cristã aos povos de terreiro	56
Figura 17 - Reportagem sobre discriminação religiosa no trabalho	56
Figura 18 - Reportagem sobre incêndio criminoso em uma casa de candomblé.....	57
Figura 19 - Foto de menina de 11 anos agredida por evangélicos a pedrada.....	57
Figura 20 - Reportagem sobre idosa agredida por racismo religioso.....	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Alunos e Professores entrevistados em determinados colégios	34
Tabela 2 - Pesquisa com alunos sobre qual a religião de cada um	34

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OBJETIVOS.....	12
2.1	Objetivo Geral.....	12
2.2	Objetivos Específicos.....	12
3	JUSTIFICATIVA	13
4	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	15
5	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	25
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	43
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Me graduei em história pela Puc-Rio em 2010 e por motivos diversos me desencontrei dos caminhos acadêmicos. Trabalhei por alguns anos como livreira e meus interesses de leitura sempre permeavam os temas religiosos que envolvessem as religiões de matriz africana. Esse tema sempre me encantou, desde muito nova, minha família sempre foi mista de crenças, em sua maioria católica, mas nunca fui obrigada a seguir doutrinas cristãs dentro de igrejas, mas era a “religião oficial” da família. Minha avó paterna era iniciada no candomblé, tabu para toda família pois não conversávamos sobre isso, creio que tive a primeira conversa com ela devia ter uns 14 anos. Nessas conversas ela não me dava muitos detalhes, contava algumas histórias de Orixás, mas tudo muito superficialmente, e eu já me fascinava com o pouco que chegava até mim. Alguns anos passaram, minha avó faleceu, e logo após entrei para a Puc-Rio, onde sabemos uma Universidade Católica que inclusive inclui em sua grade obrigatória para todos os cursos matérias religiosas. No primeiro período de trabalho final tínhamos que escolher uma religião e fazer uma pesquisa acerca dela, com um colega escolhemos a Umbanda, e nas pesquisas me aprofundei nos saberes, leituras sobre Orixás, tirei dúvidas com uma avó de um amigo meu que era “Mãe de Santo”.

Todo esse contato com esse novo universo me fez buscar mais sobre essas religiões, comecei a procurar as diferenças sobre Umbanda e Candomblé, e passei a frequentar alguns terreiros esporadicamente para receber “passes”. Mesmo não sendo de uma família tradicionalmente religiosa praticante, esse meu interesse assustava meus pais, sempre me aconselhando para me afastar, tomar cuidado, os primeiros contatos com a intolerância com o desconhecido, com o diferente. Anos depois descobri o candomblé e me apaixonei, me identifiquei de uma forma que era tudo o que eu procurava, tudo que sempre busquei em termos de religião, e cada dia cada fragmento, cada contato eu me envolvia e me apaixonava mais. Em 2017 oficialmente entrei para uma casa em formação, como Abian, e esse ano foi um divisor de águas para mim. No mesmo ano fui assistir a um seminário onde a proposta era dialogar com os arquétipos dos Orixás e a psicologia Jung, e nesse dia decidi que precisava voltar a estudar, e que não sabia como nem por onde começar envolveria religiões de matrizes africanas.

No final de 2018 procurando sobre o processo seletivo de educação infantil no site do Colégio Pedro II, encontrei a seleção para a pós de Ensino de História da África, e naquele momento eu sabia que tinha encontrado os caminhos que vinha procurando

desde 2017. Logo nas primeiras aulas eu já sabia que o meu foco seria intolerância religiosa em específico o candomblé, por todas as crianças do meu Axé que têm dificuldades em falar sobre a sua religião na escola, pelo tabu que é dentro da sociedade o processo iniciático e a “perda dos cabelos”, por todos os adultos que foram crianças de terreiro, e tantos relatos do que passaram e ainda passam quandoem algum espaço coletivo seja profissional, social ou educacional sofrem ao verbalizar sua religião, pelos ataques constantes que as religiões de matriz africana sofrem verbais e físicos, e pela eleição de um Evangélico Neopentecostal para prefeito do Rio de Janeiro em 2016, e tantos retrocessos que nós povos de terreiro temos presenciado em nosso país.

Este trabalho traz como foco principal a escola e como esse espaço pode influenciar a formação de cidadãos conscientes e respeitosos. Além de, denunciar estruturas educacionais tradicionais racistas já legitimadas há décadas na sociedade brasileira. Mostraremos também que o espaço escolar é um meio fundamental para invertermos as lógicas racistas já tão penetradas na sociedade brasileira, para tanto, sugerimos um projeto chamado “Vamos falar de religião?”¹, que propõe uma das inúmeras formas de trazer a discussão sobre intolerância na escola, falar de religião de forma não confessional, e permitir que os alunos reflitam sobre respeito e convivência com as diferenças, além de mostrar a importância da religião para a cultura afro-brasileira.

¹ Mais detalhes desse projeto em Análise e Discussão dos Dados na p. 42.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Analisar a intolerância religiosa no ambiente escolar, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a intolerância religiosa interligada ao racismo;
- Identificar os problemas sociais que compõe o cenário de intolerância religiosa na sociedade brasileira;
- Repensar o ambiente escolar enquanto lugar de silenciamento e reprodutor de lógicas sociais discriminatórias;
- Desmistificar estereótipos criados por instituições religiosas cristãs em relação às religiões afro-brasileiras;
- Analisar através dos relatos colhidos as experiências escolares de indivíduos que tenham práticas religiosas afro-brasileiras;
- Sugerir ao corpo docente que a intolerância religiosa seja um ponto importante para discussão e propostas pedagógicas;
- Dialogar com os professores a necessidade de colocar em prática a Lei 10.639/03, através de introdução de temas que valorizem a cultura do negro;
- Propor ao corpo docente que dê continuidade ao Projeto “Vamos falar de religião?” e que outros projetos surjam a partir deste, visando o enaltecimento das culturas negras brasileiras e africanas.

A partir destes objetivos, pretendo compreender as relações existentes entre professores e alunos que fazem parte de alguma religião afro-brasileira, além de entender como são tratadas no espaço escolar as diferentes religiosidades principalmente as de matrizes africanas.

3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho diz respeito sobre como a escola pode reproduzir padrões discriminatórios presentes na sociedade, contribuindo para diversos silenciamentos de indivíduos que possuem no centro de suas identidades elementos que divergem da seleção hegemônica pré-estabelecida.

A escolha do tema se deve pelo meu pertencimento religioso, como candomblecista, e da proximidade com tantas desagradáveis experiências escolares de amigos e irmãos de axé, quando se trata de expor à espaços comuns sociais sobre o seu pertencimento religioso. A escolha de se reservar, em não assumir seu pertencimento religioso diz muito sobre o que os *povos de axé* lidam diariamente por fazer parte de uma cultura religiosa afro-brasileira.

Um dos motivos principais pelo interesse do tema se deve ao relato de uma irmã de axé muito próxima a mim que, certa vez, dividiu experiências passadas por ela após ser iniciada aos 11 anos no candomblé e como na escola ela teve que lidar com muitas situações de discriminação religiosa e racismo. Observei o quanto isso afetou a sua autoestima e confiança em relação à exposição de sua prática religiosa, como usar publicamente indumentárias próprias do candomblé, ou simplesmente poder falar abertamente sobre a religião fora do espaço de segurança, o terreiro.

Curiosa sobre isso ser comum ou um caso isolado, já que eu não tive uma criação religiosa, logo sem lugar de fala específico, comecei a me interessar sobre o tema e entender o porquê de a escola ter se tornado um local de tanta violência para todos aqueles que não compartilhassem da cultura hegemônica que ainda assombra a diversidade do nosso país.

Com foco no ambiente escolar, entendemos como as relações discriminatórias na sociedade afetam a escola e seus educadores, e conseqüentemente os alunos. Analisamos a crescente corrente cristã evangélica neopentecostal e como ela contribui para a novas ressignificações das religiões afro-brasileiras. Repensamos através de muitas análises como a sociedade é repleta de estereótipos e preconceitos quando tratamos a cultura do negro, como o racismo é cruelmente revelado e presente de muitas formas, e como isto reflete no espaço escolar.

O objetivo desse estudo, não se delimita às denúncias das violências presentes nas exclusões e silenciamentos constantes presentes na escola, mas em como é possível

através de mudanças no currículo, nas escolhas pedagógicas, transformar a escola como espaço de discussão e respeito à diversidade. De forma sintética este trabalho pode ser visto como um ponto de partida para não só professores, mas todos os educadores na construção de escolhas de currículos e estruturas pedagógicas que visem trabalhar com a diversidade religiosa.

A maior motivação dessa pesquisa se tornou contribuir para que educadores reflitam sobre o papel da escola na formação de indivíduos e considerem mudanças em suas escolhas pedagógicas. Colocando em prática a Lei 10.639/03, que exige modificações nas escolhas pedagógicas com a finalidade de reparar as marcas de mais de três séculos de escravização, valorizando a cultura africana e afro-diaspórica sempre ignorada e silenciada historicamente pela sociedade brasileira. O intuito é promover o respeito às diferentes religiões para que outras crianças e jovens em formação e idade escolar não precisem passar por silenciamentos e negações de suas verdadeiras identidades.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para analisar a intolerância religiosa no ambiente escolar, devemos fazer breves observações em relação às religiões de matrizes africanas para melhor compreender a importância dessa discussão. Com isso, observamos que ainda hoje no século XXI, e mesmo com uma vasta bibliografia que envolva as religiões de matrizes africanas no Brasil, suas origens e sua cosmogonia, o tema ainda é tabu e pouco discutido em espaços que não sejam os terreiros. Ainda que academicamente tenhamos dado saltos enormes com muitas teses, livros e estudos das religiões afro-brasileiras, em especial: o Candomblé e a Umbanda, na escola pouco se fala sobre essas religiões como herança culturais africanas.

Quando o processo de escravização no Continente Africano tomou os rumos do Novo Mundo² populações inteiras foram dizimadas, separadas e trazidas para satisfazer a roda econômica que se iniciou com o cultivo de açúcar nas Américas, substituída por novos ciclos econômicos mantendo a escravização como mão de obra principal lucrativa para os colonizadores. Anos de pesquisas nos trazem a realidade que dentre as outras colônias americanas o Brasil, então colônia de Portugal recebeu a maior quantidade de negros escravizados vindos de diversas regiões africanas.

A partir desse entendimento que envolve o processo de expansão marítima aliado à escravização no Novo Mundo é preciso refletir sobre os sujeitos desses diversos movimentos históricos durante 350 anos de escravização em solo brasileiro. Abandonando uma historiografia de constante generalizações, entendendo que não existia uma África, e sim muitas Áfricas, assim como o negro escravizado trazido para as Américas nunca foi um só. A ideia de nação africana não era conhecida por seus habitantes, essa consciência foi sendo construída a partir da massiva quantidade de povos vizinhos chegando no Novo Mundo, criando aos poucos a ideia de uma comunidade por semelhanças e experiências em comum. Os sujeitos que experimentaram esse período estavam em constante transformação e construção de novas identidades a partir de pontos em comum, símbolos trazidos em suas memórias de suas antigas comunidades africanas, fizeram com que não se perdessem totalmente de suas raízes enquanto indivíduos. Nessa lógica a religião foi um ponto importante de sobrevivência e resistência.

² Entende-se neste trabalho como Novo Mundo o Continente Americano pós chegada dos europeus no final do século XV e início do XVI.

A origem das religiões afro-diaspóricas acompanha a ideia de construções de um novo indivíduo diaspórico (no caso, ao africano escravizado em solo brasileiro), que não era somente um africano, mas também um indivíduo do novo mundo, não sendo um nem outro, passando a ser uma junção de diversas experiências e situações impostas pelo processo de escravização. Da captura iniciando pela travessia e chegando ao seu destino no Novo Mundo, o indivíduo escravizado perdia sua identidade, sua origem e sua família. Nesse processo de adaptação se viam obrigados a reconstruir memórias e identidades, formando assim, novos grupos de interação cultural e social em uma suposta substituição de identidades a partir de indivíduos diferentes entre si, mas que vivenciando a violência da escravidão se tornam semelhantes. Juntando cultos de diferentes localidades esses novos indivíduos em construção de novas identidades, dão origem em terras ameríndias uma nova religião, que com raízes africanas, memórias e experiências trazidas ao longo dos 350 anos de escravização, formam uma nova lógica de culto conjunto mantendo resquícios de sua identidade e ancestralidade forçados um dia a deixar para trás. Como afirma Cappelli (2012):

Aqui a grande surpresa para nós é afirmar que, apesar da origem africana, não existia candomblé na África. Em território africano cada cidade tinha sua autonomia e cada uma delas possuía um culto específico para sua divindade. Sendo assim, cada nação cultuava somente sua divindade principal, como, por exemplo, a cidade de Oyó que fazia culto a Xangô, a cidade de Irê que fazia culto a Ogum ou a cidade de Ketu que fazia culto a Oxóssi. Foi somente após a travessia do atlântico durante o tráfico negreiro que esses africanos de diversos lugares se encontraram e formaram uma religião que agregava os diversos deuses que estavam inicialmente separados em território africano. (CAPELLI, 2012, p. 340)

Sobrevivendo a diversas perseguições desde os tempos coloniais os cultos tradicionais de herança africana se mantêm como importante ponto de identidade cultural afro diaspórico. A Umbanda surgida no início do século XIX no Rio de Janeiro traz consigo marcas da ancestralidade desses cultos aliadas a outros aspectos indígenas, espíritas e até mesmo católicos. É importante também deixarmos explícito que dentro dessas duas rotulações mais populares que nomeiam Candomblé e Umbanda, assim como a rotulação histórica de uma África, existem inúmeras diferenças em relação aos cultos e suas divisões. Concluimos com isso que existe no Brasil vários outros cultos não menos importantes de matrizes africanas, como a Pajelança e a Jurema, temos não só um, mas vários Candomblés e Umbandas cada um/uma com sua herança e

ancestralidade histórica de formação e identificação cultural e regional, que trazem saberes diferentes, maneiras de culto diferentes, línguas diferentes, divindades diferentes.³

Este trabalho não pretende permear a história das religiões de matrizes africanas no Brasil, suas cosmogonias e estruturas doutrinárias, mas sim fazer com que fique evidente a importância dessas hoje para seus adeptos não só como cultos sagrados religiosos, mas como parte integrante e indispensável de uma identidade cultural para determinado grupo de indivíduos, além de fazer parte da história de várias regiões brasileiras. Dito isto partimos para a compreensão do constante e crescente movimento de ataques e depreciação das religiões de matrizes africanas e seus adeptos.

Temos uma longa tradição na história da humanidade de perseguições às práticas religiosas não hegemônicas. Como afirma Nogueira (2020):

E o ciclo de repressão à liberdade religiosa, ao longo de toda a História, e milênios após o *Código de Hammurabi*, se perpetua: aqueles que foram duramente perseguidos por sua crença, ao se unirem ao poder central, passam a propagar perseguições tão ou mais violentas as que sofreram. (NOGUEIRA, 2020, p. 368)

No Brasil o caminho de perseguição religiosa por séculos foi promovido pela Igreja Católica, grande aliada do domínio colonial em terras ameríndias⁴. Com as inúmeras missões jesuíticas evangelizadoras (ignorando qualquer sentido cultural-religioso aos nativos e suas práticas tradicionais), passando pela Santa Inquisição, as práticas religiosas dos povos originários das Américas e não muito posteriormente dos escravizados vindo do Continente Africano, eram alvo de severa e violenta perseguição, e constante projeto de conversão. Já em meados do século XIX com a primeira Constituição em 1824, que criminalizava qualquer tipo de prática religiosa não hegemônica (católica), as religiões de raízes africanas se mantiveram marginalizadas assim como seus praticantes.

³ Para maiores informações sobre as diferentes formas de cultos de candomblés e umbandas e suas formações indico CARNEIRO, Edson. **Candomblés da Bahia**. 9. ed.. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008. e PARÉS, Luis Nicolau. “A formação do candomblé [livro eletrônico]: história e ritual da nação jeje na Bahia. 3. ed. rev. e ampliada. – Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

⁴ “Desde a invasão pelos portugueses, a religião cristã foi usada como forma de conquista, dominação e doutrinação, sendo a base dos projetos políticos colonizadores.” NOGUEIRA, 2020, p. 255.

Marginalizadas, silenciadas e proibidas é nesse ambiente que as práticas religiosas, herdadas da imigração forçada de diferentes comunidades africanas durante mais de três séculos de exploração escravista se difundem em solo brasileiro por diversas regiões. Da mesma forma com que a ideia de democracia racial foi difundida no Brasil no início do século XX, a ideia de país laico perdura sobre nós ainda hoje.

Atualmente, o que se tem chamado de intolerância religiosa está no seio de um processo de colonização do país. Esse processo tem deixado marcas profundas em uma ideia também ilusória de democracia religiosa e laicidade. (NOGUEIRA, 2020, p. 248)

Por esse viés dialogamos com Nogueira (2020), em relação à intolerância religiosa contemporânea, excluindo qualquer ideia, que chamo de contos de fadas, de que vivemos num país onde a liberdade religiosa seja admitida e bem aceita nos diversos espaços sociais. O foco deste trabalho está nas religiões de matrizes africanas e o preconceito que seus adeptos enfrentam diariamente por não seguir uma religião cristã hegemônica. Não só existe a exclusão e o silenciamento, mas também é preciso explicitar as diversas estigmas e ressignificações constantes que essas religiões sofrem ao longo da história.

No cerne da noção de intolerância religiosa, está a necessidade de estigmatizar para fazer a oposição entre o que é normal, regular, padrão, e o que é anormal, irregular, não padrão. Estigmatizar é um exercício de poder sobre o outro. Estigmatiza-se para excluir, segregar, apagar, silenciar e apartar do grupo considerado normal e de prestígio. (NOGUEIRA, 2020, p. 239)

Nogueira nos leva a entender através de suas análises que a estigma varia de acordo com o período histórico em que ela é criada. Estigmatizar é nesse sentido uma construção social, que atende as necessidades de determinado grupo em exclusão de outro. Assim as religiões de matrizes africanas foram estigmatizadas e condenadas de diferentes formas ao longo da história do Brasil. Hoje vivemos uma era onde as religiões neopentecostais assumem o papel das discriminações, estigmas e ataques, que antes era da Igreja Católica. O candomblé assume o papel de foco de preconceito, pois segundo Nogueira (2020), a Umbanda foi de alguma forma absorvida pela classe média branca urbana no século XX, segundo visões externas de seus cultos seria mais “amena”, pois não se utiliza como base ritualística o sacrifício de animais, conclui:

(...)a umbanda não faz sacrifício animal! O sacrifício animal é considerado bárbaro, completamente incompatível com o higienismo civilizador de uma cultura que se vê como europeia.

Junto com a ascensão dessa religião negra em processo de embranquecimento para consumo da classe média, em 1951 a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem fotográfica intitulada “As noivas dos deuses sanguinários”. A reportagem, com texto de Arlindo da Silva e imagens de José Medeiros, mostra cenas do rito iniciático do candomblé. Rito este que é tradicionalmente fechado, inviolável, mas que é midiaticizado por um olhar desrespeitoso e profanador. A reportagem sensacionalista e etnocêntrica coroa o abate religioso e o candomblé no imaginário racista e cristão como religião selvagem, bárbara e sanguinária! Desde então, a perseguição às casas de candomblé ganhou ar heroico do dever civilizador de libertar essas “pobres almas” de prática tão cruel e tão pouco compatível com a modernidade higienista cristã. (NOGUEIRA, 2020, p. 916)

Cria-se socialmente uma imagem acerca do candomblé como uma religião bárbara, onde usa animais para seus ritos, e no imaginário popular é demonizada cada vez mais. Onde seus rituais, sua cosmogonia, e sua herança africana somente poderiam se remeter a ideia de mal presente nas religiões cristãs. A intolerância não pode ser atrelada sem uma análise racial na sociedade brasileira pois outras religiões que usam o sacrifício animal em seus ritos e não são demonizadas publicamente, como o judaísmo e o islamismo, segundo Nogueira (2020). O Candomblé traz em suas raízes religiosas o sacrifício animal, que remete ao costume de diversas comunidades africanas em alimentar-se em comunhão com suas divindades.

O sacrifício animal não se faz simplesmente por alimentar *deuses sanguinários*, mas em trocar com essas divindades o que se tem, concepção importante para essas culturas africanas. O alimento não é visto apenas como matéria, mas é tratado como algo sagrado, e para entender certas concepções culturais que fazem parte dessas religiões que as herdaram é preciso antes de tudo conhecimento, não basta um olhar externo. As complexidades dessas culturas vão muito além de análises superficiais e julgamentos de princípios cristãos, que em pouco ou nada se aproximam. A dicotomização entre o bem e o mal, céu e inferno, não funciona para essas culturas, por simplesmente não existirem separadamente. (NOGUEIRA, 2020)

Nessa dicotomização entre bem e mal, que as Igrejas neopentecostais⁵ assumem papel crucial na Intolerância Religiosa no Brasil na segunda metade do século XX. Com

⁵ “Nas décadas de 1950 e 1960, o movimento pentecostal assumiu novos contornos no Brasil, expandindo a base de suas igrejas, adensando o número de denominações e ganhando maior visibilidade. Distinguindo-se pela ênfase do dom da cura divina (por isso chamada muitas vezes de “igrejas de curas”) e pelas estratégias de proselitismo e conversão em massa, essa segunda

discursos proselitistas e de conversão em massa essas Igrejas se disseminam em grande quantidade de templos ressignificando símbolos e doutrinas religiosas das religiões afro-brasileiras. Nesse movimento observamos a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) como uma das principais protagonistas no ataque a essas religiosidades que trazem herança africana. (SILVA, 2015)

A IURD faz então um dos seus maiores pilares missionários a “salvação” de adeptos às religiosidades afro-brasileiras, com o discurso de livrar o mundo dos males que o afeta, libertando pessoas da dominação demoníaca, e as trazendo para a conversão cristã. A Igreja Universal em suas práticas não nega a existência e a eficiência da magia que formam o ambiente cultural religioso dessas religiosidades afro-brasileiras, mas as ressignifica. Admitindo que elas existem, contudo, que são condutoras e mensageiras do demônio, e responsáveis pelas mazelas e dissabores de seus adeptos e de sua sociedade. Afirma Oro (2015):

Porém, a Iurd, além de assumir essa representação relativamente generalizada do poder do demônio, vai exacerbar uma concepção já presente nas igrejas católica, evangélicas e pentecostais, embora ali ocorra de forma mais branda, qual seja a identificação demoníaca nas religiões mediúnicas. No dizer de Edir Macedo, “a Umbanda, Quimbanda, Candomblé e o espiritismo de um modo geral, são os principais canais de atuação dos demônios, principalmente em nossa pátria” (Macedo, 1987, p. 113) Não é por outra razão, segundo seu dizer, que “Essa religião (afro-brasileira) que está tão popular no Brasil é uma fábrica de loucos e uma agência onde se tira o passaporte para a morte e uma viagem para o inferno” (ORO, 2015, p. 86)

Em seu livro *Orixás, Caboclos e Guias: Deuses ou Demônios* citado acima por Oro (2015), o líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Bispo Edir Macedo, segundo

onda do pentecostalismo preservou as características básicas do movimento que já existia há quarenta anos, como a doutrina dos dons carismáticos (fé, profecia, discernimento, cura, línguas etc.), o sectarismo e o ascetismo (Marianno, 1999, p.31). A terceira fase do movimento pentecostal, iniciada nos anos de 1970, com grande projeção nas duas décadas seguintes, foi marcada por algumas diferenças significativas no perfil das igrejas surgidas e práticas adotadas, o que lhe valeu a classificação de “neopentecostal”. Pelo acréscimo do prefixo “neo”, pretendeu-se expressar algumas ênfases que as igrejas identificadas nessa fase assumiram em relação ao campo do qual, em geral, faziam parte: abandono (ou abrandamento) do ascetismo, valorização do pragmatismo, utilização de gestão empresarial na condução dos templos, ênfase na teologia da prosperidade, utilização da mídia para o trabalho de proselitismo em massa e de propaganda religiosa (por isso chamadas de “igrejas eletrônicas”) e centralidade da teologia da batalha espiritual contra as outras denominações religiosas, sobretudo as afro-brasileiras e o espiritismo.” SILVA, Vagner Gonçalves da. Entre a gira de fé e Jesus de Nazaré: relações socio estruturais entre neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. (org.). Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 192 p.

a análise do autor citado, identifica o inimigo na sociedade e trava uma batalha espiritual em combater o mal, “Identificados os demônios e seus territórios, a IURD vai se atribuir a missão de combatê-los para libertar as pessoas.”(ORO, 2015, p. 43) Os adeptos dessas religiões de matrizes africanas, como o Candomblé, passam a ser alvo de ataques de diversas formas sempre com a justificativa de libertação e salvação divina cristã.

A IURD também, segundo Oro (2015), passou a questionar outras igrejas do mesmo segmento que não faziam da sua missão a salvação dos males da sociedade brasileira, ou seja, a salvação e extinção da religiões de matrizes africanas demonizadas pelo neopentecostalismo: “Na prática isto significa que a IURD desde a sua fundação conduz um ataque sem trégua, contumaz, contra as religiões afro-brasileiras, a tal ponto que esse combate “tornou-se um dos seus pilares doutrinários” (Mariano, 1995, p.103).” (ORO, 2015, p.44).

Se por um lado a Igreja Universal, detentora de uma das três maiores redes televisivas do país, não desmistifica os cultos religiosos afro-brasileiros a ponto de desacreditá-los, por outro se apropria muitas das vezes desses mesmos símbolos religiosos demonizando alguns, e *purificando*⁶ outros, atrelando às suas práticas religiosas elementos criticados, pela mesma, em outras religiões. Explica Oro (2015):

Em certas “sessões espirituais de descarrego”, os que já pisaram nas “casas de encostos”, termo genérico hoje usado na Iurd para se referir ao conjunto de entidades das religiões afro-brasileiras, são convidados a formarem um grande “círculo da divindade” reproduzindo assim as “correntes” dos terreiros. Em tais rituais, além dos pastores, participam ativamente o que na Iurd chamam de “ex-pais e mães-de-encosto”. (ORO, 2015, p.46)

Ainda completa: “É importante frisar que em tais sessões de descarrego tanto os pastores como os ditos “ex-pais de encosto” se vestem totalmente de branco, como ocorre nos rituais de umbanda.”(ORO, 2015, p. 47), deixando explícito a absorção de certas práticas dentro da Igreja Universal de religiões afro-brasileiras. O uso de linguagens, rituais que remetam a essas religiões, transmutam o significado das mesmas com o objetivo de convencer o domínio desses espaços, e não só os espaços em si, mas

⁶ Lê-se aqui o ato de purificar como crítica. Não há sentido em purificar algo já sacralizado por outras religiões. No ato constante em demonizar as religiões afro-brasileiras e seus símbolos, os movimentos neopentecostais perdem a capacidade de entender outras formas de religião que não a sua, tornando impuro em sua própria visão tudo aquilo que não lhe remetam como verdade divina.

o domínio do mal atribuído a essas práticas religiosas. O preparado e pensado domínio sob o demônio e seus males, corrobora o discurso de salvação e estimula que seus fiéis façam o mesmo, evangelização do próximo, do “perdido”, libertação de almas dominadas pelo demônio.(ORO, 2015)

Dominando o *mal*, a IURD e todas as igrejas da mesma linha doutrinária de culto se sentem no direito em definir, estigmatizar e expandir visões demonizadas do Candomblé e outras diversas religiões de matrizes africanas. Usando símbolos em seus cultos, incorporando à suas pregações o panteão dessas religiosidades ressignificados, escrevendo obras literárias que pretendem definir os cultos religiosos afro-brasileiros como demoníacos. Essas práticas neopentecostais constroem ao longo de décadas uma falsa ideia de um saber e domínio espiritual em relação às religiões afro-brasileiras que afetam diversos meios sociais. É a disseminação descontrolada de construções no imaginário neopentecostal.

Analisando o comportamento da Igreja Universal observa-se uma estimulação não só de outras igrejas a irem em busca de uma missão libertária dos “males presentes na sociedade brasileira”, que possuem cor, nome e endereço, mas também a seus fiéis. Os adeptos a essa fé em contato constante com essas visões construídas acerca das religiosidades afro-brasileiras, quando mais radicais, enxergam como missão individual de salvação a evangelização do *outro*, do *perdido*, do *dominado por forças demoníacas*. Neste ambiente de construções de imaginários do outro, e de ser uma possível salvação perante Deus, que os ataques se disseminam cada vez mais contra o Candomblé e outras religiões de matrizes africanas e seus adeptos.

O Candomblé como protagonista principal devido seus rituais, sua cosmogonia, suas referências diretas às heranças culturais e religiosas africanas, assume esse estigma de ser a personificação do mal. As “casas de candomblé”, locais próprios para o culto, passam a ser morada do demônio, suas divindades se tornam, na visão dessas religiões neopentecostais representantes demoníacos responsáveis pelos “males da sociedade” como desemprego, doenças, homossexualismo etc. E para todo o mal presente na sociedade e cultuado e mantido por essas religiões passou a existir a cura, a salvação por Cristo, a conversão ao cristianismo neopentecostal.

Deve-se observar que intolerância como conceito na análise das práticas religiosas de matrizes africanas, não mais é bem aceito para uso se não estiver profundamente ligado ao racismo e suas práticas de exclusão e domínio social. Tolera-

se aquilo que não se pode “dar outro rumo”, “engole-se”, “finge que não vê”. Aquilo que é tolerado não necessariamente é respeitado, expõe Nogueira (2020):

Tolerância é um termo que vem do latim *tolerare* e significa “suportar” ou “aceitar”. A tolerância é o ato de agir com condescendência e aceitação perante algo que não se quer ou que não se pode impedir. (NOGUEIRA, 2020, p. 489)

E nesse ponto observamos que assim como o os povos africanos e seus descendentes são, na melhor das hipóteses, tolerados, as religiões de matrizes africanas também. Não há como extinguir, exterminar por completo, então se tolera. Se tolera, mas persegue, se tolera, mas demoniza, se tolera, mas define os espaços e a forma de suas manifestações, se tolera, mas silencia, se tolera, mas tenta moldar e ressignificar, se tolera, mas as tentativas de domínio não se esgotam ao longo dos séculos e ainda se mantém em pleno século XXI.

É preciso aceitar que esse tipo de discurso, no fundo, nega o direito à existência autônoma do que é diferente dos padrões construídos socialmente. Há uma linha entre o mais e o menos aceitável. A realidade da tolerância funciona como um expediente do desejo de quem se considera ao lado do mais aceitável para estigmatizar o diferente e manter este às margens da cultura hegemônica, que, outra vez, traça a tênue linha divisória entre o normal e o anormal. (NOGUEIRA, 2020, p. 495)

Para tudo que se nega existe aquilo que é, ao negar, estigmatizar, e demonizar o outro, o negro, as raízes africanas, e tudo o que se remete às heranças negras, a sociedade molda e define o que é bom e divino. O racismo age como moldura de uma sociedade ideal, branca e cristã, fazendo contrapontos do que é bom ou ruim. Da mesma forma que palavras do nosso cotidiano, padrões estéticos, padrões musicais, remetem e evidenciam o racismo legitimado em nossa sociedade, na religião não é diferente. Para todo bem cristão, existe o mal diabólico, onde nas últimas décadas têm-se atribuído nos cultos de igrejas neopentecostais às religiões de matrizes africanas, em especial o Candomblé. (ORO, 2015)

Os africanos e os povos originários das Américas escravizados foram considerados pelos europeus não-civilizados, e para isto a escravização foi justificada não como seu objetivo principal de lucro, mas de salvação cristã. A escravização e o apagamento de raízes, a desconsideração de culturas e crenças era uma espécie de favor,

de bem maior. Os colonizadores usaram por séculos a desculpa de que os africanos e seus descendentes eram menos seres humanos, e só se tornariam purificados, civilizados em contato com os costumes europeus. Esses discursos quando revisados mesmo que brevemente nos permitem enxergar uma certa similaridade nas pregações neopentecostais quando se referem às religiões matriz africana. Os seus adeptos estão vivendo uma realidade manipulada pelo demônio, que se alimenta da boa vontade e da fé dos mesmos, só restando aos *verdadeiros cristãos*⁷ a árdua missão de libertação.

A tentativa de apagamento constante dessas heranças africanas, que mais do que crenças remetem a um estilo de visão de mundo, cultura e identidade, precisa ser considerada como racismo religioso. O não uso do termo racismo para descrever os constantes ataques sofridos pela população que professa uma religião originariamente negra, só perpetua o mascaramento de uma sociedade nada democrática racialmente. Nogueira (2020) define:

As ações que dão corpo à intolerância religiosa no Brasil empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência. (...) Trata-se de epistemicídio de práticas e saberes de resistência que compõe a memória africana da diáspora. (NOGUEIRA, 2020, p. 467)

Sabemos, contudo, que os séculos de colonização e escravização deixam marcas profundas em uma sociedade. Não é difícil pensar que há menos de 150 anos, ainda existiam indivíduos escravizados em nosso país, e não menos distante na ditadura militar os cultos de religiões de matrizes africanas eram registrados em delegacias policiais. A violência simbólica que essas práticas religiosas e seus adeptos sofrem ainda em tempos atuais vindas de líderes políticos, pastores, padres, só corroboram e legitimam a violência como algo natural.

A naturalização da perseguição e da discriminação religiosa por diversos segmentos atinge os povos de terreiro em diversos espaços públicos e privados. Dados do Disque 100 no ano de 2019, segundo Nogueira (2020), explicitam o Candomblé como a religião que mais sofreu ataques, e esses ataques em sua maioria parte de grupos e indivíduos do segmento evangélico. Acredita-se também que ainda que muitas denúncias sejam feitas, outras tantas são silenciadas. Nogueira (2020), rebate:

⁷ Ideia popularmente disseminada em diversas igrejas neopentecostais que descaracterizam o cristianismo em alguns segmentos como o Catolicismo.

Em uma sociedade em que todos nascem brancos, heteronormativos e cristãos – porque quem não for cristão é pejorativamente pagão -, são quase naturais a negação e apagamento da crença seguida quando esta não é um motivo de orgulho. Se estamos diante de uma cristãocracia fortalecida pelo presidente eleito em 2018 e pelo loteamento de ministérios, secretarias e setores públicos cuja única credencial exigida é pertencente a uma igreja evangélica, quem se sentirá à vontade para se identificar como pertencente a uma tradição preta? (NOGUEIRA, 2020, p. 766)

Concluimos então que a intolerância religiosa não anda sozinha na sociedade, mas é acompanhada e eficientemente fixada através das amarras raciais que perpetuam dominações e apagamentos de uma herança africana no Brasil (NOGUEIRA, 2020). O silenciamento como sobrevivência é em muitos aspectos e ambientes a escolha primária de muitos indivíduos pertencentes a essas práticas religiosas seja no ambiente de trabalho, político, e até mesmo na escola. A escola como ambiente de formação e de primeiros contatos fora do âmbito familiar de um indivíduo social, age também como forte ambiente de exclusão e apagamento de raízes africanas tão importantes para os povos de terreiro⁸.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O método usado para esta pesquisa consiste em analisar bibliograficamente pesquisas que tratem do tema proposto. Os autores escolhidos fazem estudos de casos

⁸*Povos de terreiro, povo do santo, povo de axé*, Comunidades Tradicionais de Terreiros (as CTTros como prefere Nogueira (2020)), essas denominações podem aparecer ao longo deste trabalho e sempre se referirão aos adeptos de religiões de matrizes africanas.

sobre a interação entre terreiro e escola, e como essas relações se cruzam no panorama da intolerância religiosa. Usaremos também relatos colhidos anonimamente, por mim, que contribuem para uma maior observação de situações comuns vividas por praticantes de religiões de matrizes africanas no espaço escolar.

É importante deixar registrado que o panorama da intolerância religiosa no Brasil sofreu algumas mudanças. A Igreja Católica que liderava as perseguições das religiões afro-diaspóricas deu espaço para as Igrejas chamadas Neopentecostais, entre elas a protagonista IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) com seu aparato midiático e proselitista. Os protagonistas dos ataques podem ter mudado, mas o foco não. Como não poderia ser diferente em um país marcado historicamente pela racialização e discriminação das populações negras, as religiões de matrizes africanas seguem sendo o alvo da disseminação de discursos que as estigmatizam, demonizam e as inferiorizam na sociedade.

A escola inserida nessa mesma sociedade discriminatória segue com padrões conservadores trazendo dificuldades reais para a prática proposta na Lei 10.639 (Brasil, 2003), de obrigatoriedade de inclusão da temática de “História e Cultura Afro-brasileira”. Na pesquisa de Caputo (2012) a autora expõe as dificuldades de inserção e autoafirmação de crianças praticantes de Candomblé, através de relatos entre alunos e professores de escolas estaduais no Rio de Janeiro. Se amparando em estudos de classes e racialização, e muita pesquisa de campo, vamos esmiuçando essas barreiras que o ambiente escolar naturalmente segrega e exclui o diferente, o não hegemônico.

Essa exclusão tão natural em tantos ambientes do convívio comum social é também conhecida e aprendida desde cedo pelas crianças, em especial as que trazem como tradição familiar as práticas religiosas e culturais afro-brasileiras. Caputo ao analisar relatos de uma adolescente de 13 anos observa que os mecanismos de defesa usados muitas das vezes repetem padrões desde a época da escravização. Crianças negras, praticantes de religiões afro-brasileiras ainda precisam se esconder num intuito de se blindar, “ou seja, omite sua religião, disfarça sua fé para não ser ainda mais perseguida.” (CAPUTO, 2012, p. 200).

Nos discursos escolares, expostos por Caputo (2012) com entrevistas de professores e diretores, não é difícil entender o constante silenciamento dessas *crianças de axé*⁹. Quando o assunto tratado é religião o cristianismo sempre entra como regra,

⁹ Me refiro aqui a todas as crianças praticantes de religiões afro-brasileiras.

padrão, e tudo aquilo que não é padrão se vê excluído. Para crianças e adolescentes a socialização nos espaços escolares é essencial para uma saudável formação de um indivíduo social, e desde cedo essas crianças aprendem isso da forma mais cruel. Aquelas que não se enquadram são estigmatizadas, apontadas, segregadas.

Não fazer parte de crenças consolidadas hegemonicamente trazem inicialmente marcas que perduram sob a identidade de indivíduos no futuro. Do mesmo modo que os alunos se escondem os professores fingem que esses alunos praticantes de religiões de matrizes africanas não existem, ou se existem precisam se adequar ao todo, a maioria:

Dos 14 professores, nove responderam que nunca pensaram sobre crianças no candomblé porque não acreditam que existam crianças que frequentem ou pratiquem candomblé na escola. Uma das entrevistadas afirmou: “Não temos crianças com esse ‘problema’ aqui na escola, a maioria é católica.” Cinco professores afirmaram que acham “um absurdo” que crianças pratiquem Candomblé. “As crianças não devem ser induzidas à macumba só porque os pais frequentam”, respondeu uma professora. Perguntei a essa mesma professora se os pais católicos também não “induziam” seus filhos ao catolicismo quando os batizavam, levavam às missas, colocavam no catecismo para a Primeira Comunhão etc. A professora respondeu: “Mas o catolicismo não é coisa do diabo, é a religião normal.”(CAPUTO, 2012, p. 204)¹⁰

Fica evidente quando lemos relatos desse tipo que o Candomblé enquanto religião não é legitimado nos espaços escolares, sequer é considerado como existente, e além de tudo é estigmatizado a partir de conceitos e crenças cristãs. No Estado do Rio de Janeiro foi sancionada no ano de 2000 a Lei 3.459 (Rio de Janeiro, 2000) que estabeleceu o ensino religioso *confessional*¹¹ em toda rede pública de ensino. Esse ensino se tornou obrigatório a oferta, porém facultativa quanto à matrícula, no mandato de Rosinha Garotinho, um concurso público de contratação de professores para o Ensino Religioso foi realizado onde as 500 vagas foram devidamente preenchidas. (CAPUTO, 2012) Quanto ao preenchimento de vagas de acordo com as religiões Caputo (2012) relata:

A coordenadora informou que, dos professores aprovados, 68,2% ministram aulas da religião católica. Em seguida estão os evangélicos (26,31%) e os de “outras religiões” (5,26%). De acordo com a coordenadora, essa divisão foi realizada com base em pesquisa feita em 2001, na rede pública de ensino estadual, que teria revelado que havia 65% de alunos católicos, 25% evangélicos, 5% de outras

¹⁰ Esses relatos foram colhidos de acordo com a autora no ano de 1996, numa escola estadual de Nilópolis na Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

¹¹ Podem seguir uma religião específica.

religiões e 5% sem credo. Segundo a coordenadora, nesses 5% de outras religiões estão a umbanda (com 5 professores contratados), o espiritismo segundo Allan Kardec (com 3 professores contratados), Igreja Messiânica (com 3 professores contratados) e Mórmons (com 1 professor contratado). (...) Para explicar o porquê o candomblé ficou de fora, a coordenadora resumiu: “Não temos registro na pesquisa realizada em 2001 de alunos que praticam candomblé.” Perguntei à coordenadora se ela tinha conhecimento de que, historicamente, as pessoas que cultuam candomblé omitem sua opção religiosa por medo de serem discriminadas. Ela disse que sim, e que isso era um problema, mas que era difícil mudar essa realidade.(p. 212)

Se por um lado os praticantes do Candomblé se omitem por medo de discriminação a escola como espaço democrático e inclusivo, não adequada às diversidades da sociedade brasileira. Na prática Caputo (2012) revela que o ensino religioso confessional funciona como evangelização, e quando questionados os professores de Ensino Religioso sobre as propostas pedagógicas: “Só passamos valores”, afirma a coordenadora.” (p.213). A justificativa é muito vaga, muito ampla quando pensamos num coletivo com quem a escola dialoga, “Que valores são esses? Que práticas humanas? São reconhecidas pela escola? Que conjunto de normas? De traços culturais? Quem tem o poder de indicar o que é valorado pela escola e o que, não é?” (p.213)

Em conformidade com as indagações de Caputo (2012) nos ficam dúvidas quanto às escolhas das práticas escolares. Como fazer a seleção de do que é melhor ou pior em termos de *valores* para crianças e jovens? Como ensinar sem levar em consideração o pertencimento a tantos coletivos, tantas realidades? A questão é a escola assim como a sociedade não está preparada para o diferente, e não está por não incluir, por manter as lógicas de poder e padrões hegemônicos, ao invés de optar em inserir e incluir as diferentes culturas mesmo que em minoria.

Munanga (2015), em seu texto “Porque ensinar história da África e do negro no Brasil de hoje?”, perpassa pela historiografia e a construção da mesma e dos efeitos dessa na memória histórica brasileira. Os princípios hegelianos por muito tempo valorizados ocidentalmente contribuíram para um apagamento da memória dos povos africanos na história universal.

“A historicidade não é reconhecida aos povos da África dita negra por Hegel, porque entre esses povos as coisas concretas, os acontecimentos, as produções do espírito não permitem captar o Espírito que dirige a marcha racional do Mundo, por causa da magia e do fetichismo, dos sacrifícios humanos, da falta do Estado, da

maldade do clima, da inospitalidade dos lugares, das terras e dos solos.” (MUNANGA, 2015, p. 26)

No Brasil os padrões ocidentais constituem a própria historiografia brasileira inspirada em padrões e saberes eurocêntricos. A mestiçagem e a presença de diferentes etnias unidas em uma só nação tida como problema por estudiosos no século XIX virou alvo das pesquisas eugenistas que apresentavam soluções para libertar o Brasil do atraso a extinção do negro, do indígena e de todos os que não se encaixassem nos padrões europeus. Munanga (2015) afirma:

Ora, nessa construção do passado, a memória dos descendentes de africanos foi apagada ou representada negativamente até o fim do século XIX. Quando se começa, a partir do século XX, a construir essa memória identitária, seus contornos são definidos pelas ideologias de mestiçagem e de democracia racial num país sem conflitos raciais¹³. Mas apesar da mestiçagem, o pilar da nação é baseado somente sobre os elementos da cultura europeia. Neste sentido as leis 10 639/03 e 11645/08 se configuram como uma correção do esquecimento da memória positiva da escravidão na história do Brasil. (p.29)

É de acordo com toda essa construção social, histórica e de memória que ainda passamos por contradições em diversos aspectos do ambiente escolar. A escola não pode ser entendida fora do âmbito de uma sociedade, ela na verdade é o reflexo da mesma, de suas ideias, memórias, preconceitos. O Brasil foi construído em meio a uma avalanche de povos diferentes, de origens diferentes, de valores diferentes, e mesmo que muitos forçados a fazer parte dessa história, eles a protagonizaram. O protagonismo do negro na história foi negado até mesmo no processo de abolição como se o indivíduo negro necessitasse o tempo todo de tutela, de orientação, em conformismo com os princípios hegelianos de não civilidade e autonomia ideal. Munanga (2015) expõe:

Não é por acaso que todas as ideologias de dominação tentaram falsificar e destruir as histórias dos povos que dominaram. A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista do outro e de seus interesses. (p. 31)

O ambiente escolar sem preparo para responder por que se pode ter uma imagem de Jesus louro e de olhos azuis retratado em livros, mas não pode ter Exu¹²(ARAÚJO, 2017), demonizado há séculos pelo poder da Igreja, segue repetindo padrões e perpetuando preconceitos e estigmas sociais, culturais e religiosos. A escola não se dissocia dos problemas em que a sociedade se encontra, como afirma Araújo (2017):

Olhando a escola dessa perspectiva, podemos mesmo afirmar que, no que tange à questão aqui em análise, a respeito da forma com que o negro e sua cultura têm sido tratados pela escola, essa relação tem sido marcada por práticas e condutas que revelam o quanto a escola ainda continua presa a disseminação, ideologicamente enviesada, de valores ligados aos grupos historicamente majoritários, a saber, as classes social e economicamente mais favorecidas e aos valores religiosos e culturais relacionados com o universo cristão – católico e evangélico. (p. 182)

Os valores citados por Araújo (2017) se referem aos mesmos valores citados pela diretora entrevistada por Caputo (2012) quanto ao ensino religioso confessional. Nitidamente a escola segue orientada por padrões excludentes, mantendo as amarras do eurocentrismo cristão mantendo à margem tudo aquilo que não se encaixa, as diferenças.

Contudo, a realidade da escola brasileira demonstra que ela continua na situação de mantenedora e reprodutora da ordem estabelecida, assim como fez no período colonial e imperial. E, com isso, a implementação da Lei 10.639/2003 continua encontrando dificuldades. Isso cria uma situação de verdadeira contradição dentro da escola sempre que há tentativas e iniciativas de implementação da Lei, já que os professores – muitas vezes negros – sabem da importância de desenvolver esse trabalho, mas esbarram no racismo institucional existente na escola que dificulta esse trabalho tão fundamental. (ARAÚJO, 2017, p. 183)

Logo a escola como reflexo e agente das lógicas sociais reproduz em seu interior todo racismo estrutural que cerca essa mesma sociedade. E de acordo com Araújo, Caputo, assim como outros pesquisadores citados por eles em suas obras, a escola começa a sofrer a crise de uma laicidade se reaproximando cada vez mais aos padrões cristãos, de comportamento, de condicionamento e controle. Mesmo que Caputo (2012) tenha trazido evidências de uma forte presença Católica quando às produções didáticas

¹² Divindade cultuada por algumas religiões afro-brasileiras da comunicação, do movimento, “*Mensageiro dos orixás e portador das oferendas. Guardião dos mercados, templos, casas e cidades. Ensinou aos homens a arte divinatória.*” (BAÇAN, 2012, p.25)

usadas no ensino religioso no Estado do Rio de Janeiro, o crescimento das Igrejas Neopentecostais já atinge as estruturas escolares. Da mesma forma que os discursos proselitistas presentes em seus púlpitos Neopentecostais estejam invadindo diversos espaços políticos, públicos e privados e agindo de encontro constante com as religiões afro-brasileiras, esses mesmos discursos de demonização e estigmatização adentram as escolas sejam pelos diretores, professores, pais ou até mesmo alunos. (ARAÚJO, 2017)

(...) a realidade que hoje se põe diante de nós é uma simbiose entre *escola e igrejas evangélicas*. E nessa dinâmica o fator mais preocupante é que o discurso evangélico-neopentecostal que tem pautado esse processo todo está repleto de fundamentalismos, etnocentrismo, intolerância e em última análise, racismo. (p. 188)

Por opção a escola segue cumprindo papel crucial para o apagamento de culturas afro-brasileiras preferindo as culturas hegemônicas à outras, não agindo como espaço de debate e reflexão para indivíduos em formação. E para aqueles que não se sentem representados pela maioria, pelas escolhas dominantes da sociedade os resta silenciar ou enfrentar julgamentos, violências físicas e verbais ou ainda mesmo tentando se encaixar e assumindo novas identidades de pertencimento. (CAPUTO, 2012)

Os evangélicos assumem papel protagonista também quando o assunto é religião dentro das escolas, segundo Araújo (2017) os discursos fundamentalistas e a posição que esses religiosos se veem diante da sociedade como detentores de uma única verdade, provocam constrangimentos constantes a fim de definir o espaço do outro, o outro que não seja cristão precisa entender o seu lugar na sociedade e também dentro da escola.

A estigmatização, todavia, tem um objetivo bem categórico: delimitação de espaço. Ao estigmatizar o negro e o macumbeiro, o branco cristão (e mais acentuadamente evangélico) pretende lançá-lo em um lugar marginal. E nisso também estou de acordo com Santana quando ela afirma que: “Percebemos que da mesma forma que se discrimina uma prostituta, esperando que a mesma ‘se coloque em seu lugar’, o mesmo se espera de um religioso afro-brasileiro. Espera-se que ele ou ela tenha uma postura que esquive de usar qualquer símbolo que aponte sua pertença. (SANTANA, 2004, p. 117 apud ARAÚJO, 2017, p. 195)

Relatos presentes na pesquisa de Caputo (2012, p. 199), como o de Joyce que aos 13 anos preferia usar blusas de mangas ao ir para a escola, para esconder *suas curvas*, traços de seu pertencimento ao segmento religioso candomblé, nos fazem entender a

violência que muitas crianças e adolescentes são obrigadas a passar num espaço que era para ser de acolhimento, de auto-afirmação e construção de identidades respeitando a diversidade. Trarei aqui alguns relatos que tive a oportunidade de colher sobre experiências parecidas, que só corroboram o quanto a escola pode ser cruel para os povos de terreiro. As perguntas feitas foram bem simples e diretas: “com quantos anos tinham se iniciado?”; “se o preceito caso tenha sido cumprido em período escolar tinha sido respeitado?”; “se alguma vez sofreu discriminação por parte de alunos ou professores em relação ao Candomblé?”; “E se tinham vergonha de falar sobre sua religião?”; As respostas foram das mais variadas, algumas percebi tem ainda dificuldade de falar sobre suas experiências, uma espécie de bloqueio, como se não quisessem reviver alguns momentos.

J. 28 anos – iniciada aos 11 anos no candomblé, respondeu que seu preceito religioso não foi respeitado na escola. Quando questionada se sofreu discriminação dentro da escola em respeito a sua religião: “Sofri com todos que trabalhavam na escola, fui expulsa por diversas vezes de sala e de escola também. Foi muito difícil criar laços de amizade...”. Alega ter tido vergonha em assumir e falar sobre ser do candomblé na escola: “Tive e tenho até hoje!”; “eu não podia passar perto da diretora, se eu passasse perto dela ou ela me visse em algum lugar era certo ela me colocar para fora de sala, ou até mesmo da escola, meu uniforme mesmo estando dentro dos padrões ela dizia que não estava. Fui proibida de fazer prova, dentre outras coisas...”. Essa ex-aluna de um colégio estadual em Jacarepaguá na Zona Oeste do Rio de Janeiro, alega não saber sobre a religião de tal diretora, mas que era muito perseguida pela mesma depois de ter demonstrado que era praticante da religião Candomblé.

D. 24 anos – iniciada aos 7 anos no candomblé, estudava numa escola particular na zona norte do Rio de Janeiro, e conta que não sofreu preconceito dos professores, mas dos alunos sim: “Tinha vergonha em dizer qual era minha religião, por conta do tanto preconceito que sofri ao longo do tempo.”

T. 35 anos – iniciada aos 11 anos, perguntei se seu preceito foi cumprido na escola, respeito e diz que “não, na época havia muito preconceito pelo fato de ser uma criança e ter várias limitações. Só podia comer com a mão, eles não entendiam que fazia parte do preceito. Diziam que isso era bobagem.” Em relação a sua religião na escola: “nunca tive vergonha de falar que era do candomblé, mas foi um período em que fiquei muito sozinha, pois não tinha ajuda da parte dos professores e nem dos alunos. Os professores diziam que dentro da escola não era lugar de macumba e os alunos diziam que eu era macumbeira e fazia parte do satanismo.” T. estudou numa escola pública em Madureira, zona norte do Rio.

R. 30 anos – iniciada aos 19 anos ainda cursava o ensino médio numa escola pública em São João de Meriti. Alega sobre seu preceito: “eu cumpri, mas não me respeitaram. Meu professor me deu um livro e mandou eu aceitar Jesus. 2 alunos me

chamaram de esposa do diabo. E teve uma vez que a diretora não queria deixar eu entrar na escola de oja¹³ na cabeça, quando eu disse que iria chamar a polícia ela permitiu a minha entrada.”

B. 12 anos – Abian¹⁴ de uma casa de Candomblé foi perguntada se expõe para os colegas de escola sua religião e respondeu que sim, ela e a família inteira são membros de um terreiro na Baixada. Quando perguntei se alguma vez tinha sofrido algum preconceito relatou: “Uma vez eu e umas amigas estávamos conversando sobre a religião de cada uma, até que uma menina que eu não sou muito próxima me perguntou qual era a minha religião e eu expliquei que era candomblecista e ela me disse que na igreja dela ensinaram que isso era ruim e só trazia maldade e que ninguém poderia admirar e muito menos participar dessa religião. Fiquei triste no início porque é uma coisa que eu amo, mas logo depois segui minha vida, porque no lugar que ela acredita isso é ensinado para eles.”. B. me disse que essa menina era evangélica, e que “já me acostumei com ‘eles’ pensarem assim, mesmo achando errado.”

Observamos que ainda que as pesquisas de Caputo (2012), de Araújo (2017), e de tantos outros autores citados por eles em regiões diferentes do Brasil, quando se trata de intolerância religiosa e escola, os povos de terreiro constantemente são alvo de ataques e perseguições. Existem acima relatos de candomblecistas que estiveram em idade escolar nas décadas de 1980, 1990, 2000, e temos um único de 2020, as semelhanças de experiências são tamanhas que não saberíamos diferenciar a localidade, o ano, se eram da mesma escola, se não fosse pela idade relatada de cada uma dessas pessoas, e o município de cada escola. Algo observado por Araújo (2017), que cita Santos (2010) em seu texto explicitando um problema não só de regiões específicas, mas a ligação das religiões de matrizes africanas e estigmatizações e inferiorização do negro diante de outras culturas em várias regiões do Brasil.

Já sabemos que a escola é uma reprodutora de padrões que vivemos em sociedade agindo em conformidade com as dificuldades sociais em que está incluída. Sabemos também de acordo com análises de Caputo (2012), Araújo (2017), que os professores podem ainda serem vítimas também do racismo religioso exposto neste trabalho desde o início. Professores também aparentam receio quando se tratar de expor seu verdadeiro pertencimento religioso. Em uma pesquisa desenvolvida por Araújo (2017) em escolas de São Paulo, foi questionado sobre a religião de professores e alunos, e causa estranheza que apesar do autor ter buscado uma área de atuação que

¹³ Indumentária que faz parte do Candomblé, uma espécie de faixa de pano que se amarra em volta da cabeça, durante o preceito pós iniciático faz parte não poder sair com a cabeça descoberta.

¹⁴ Aquele que ainda não é iniciado, “em iorubá significa “aquele que vai nascer” (BAÇAN, 2012, p. 08)

ficasse perto de terreiros, as respostas sobre as religiões foram no mínimo curiosas. Abaixo duas imagens de tabelas desenvolvidas por Araújo (2017) a partir das suas entrevistas:

Tabela 1 - Quantidade de Alunos e Professores entrevistados em determinados colégios

	E. E. Profa. Maria Eugênia Martins	E. E. Sen. Adolfo Gordo	E. E. Carlos Maximiliano	E. E. Antônio Alves Cruz	E. E. João XXIII	Total
Total de alunos	63	39	46	67	100	315
Total de professores	24	0	7	13	15	59
Total*	87	39	53	80	115	374

Fonte: ARAÚJO(2017)

Tabela 2 - Pesquisa com alunos sobre qual a religião de cada um

	E. E. Profa. Maria Eugênia Martins	E. E. Sen. Adolfo Gordo	E. E. Carlos Maximiliano	E. E. Antônio Alves Cruz	E. E. João XXIII	Total
Católica Apostólica Romana	43%	49%	35%	45%	38%	41,5%
Evangélicos	20%	31%	23%	13%	30%	23,5%
Espíritas	5%	0%	3%	7%	0%	2,9%
Umbanda	0%	0%	0%	0%	0%	0,0%
Candomblé	0%	0%	0%	0%	1%	0,3%
Outras religiosidades	3%	0%	18%	5%	3%	5,3%
Sem religião	29%	20%	21%	29%	28%	26,5%

Fonte : ARAÚJO (2017)

A partir desses dados fornecidos por Araújo (2017), observamos que no ambiente escolar existe uma dificuldade até mesmo de professores autoafirmarem seu pertencimento religioso quando esse é de religiões afro-brasileiras. Através das obras de Araújo (2017) e Caputo (2012), vemos alguns relatos e depoimentos de professores que

já sofreram algum tipo de discriminação quando resolvem se posicionar sobre sua identidade religiosa, e de acordo com eles os ataques podem vir dos alunos, de professores ou diretores, e geralmente não há uma intervenção pedagógica diante dos alunos, e nem diante dos profissionais de educação. Os episódios de constrangimentos e discriminação são legitimados através do silêncio e permanência dos mesmos no ambiente escolar. Abaixo um depoimento de uma professora mostra o quão cruel o ambiente escolar pode se tornar até mesmo para o corpo docente:

Eu passei por uma situação bastante constrangedora. No mínimo constrangedora. Quando fui iniciada, eu tive que passar um período fora do meu terreiro, eu tive que manter determinadas condições que foram impostas, condições que deveriam ser cumpridas, resguardos. Uma das situações que eu passei foi o fato de uma das professoras tentar tirar o meu ójá. Tentar descobrir a minha cabeça para ver o que é que eu tinha na cabeça. Mas o mais grave que aconteceu dentro disso tudo foi o fato de nem eu nem os meus colegas conseguirmos dar aulas dentro da escola. Porque todos os dias das minhas aulas eu estava em sala de aula, mas tinham pelo menos quinze a vinte alunos fingindo que estavam recebendo santo. Eu deixei de ser a professora rasta para ser a professora macumbeira. Normalmente a minha postura, enquanto educadora, era sentar com os alunos, explicar a situação, e dar continuidade ao ensino, porque isso faz parte do ensino. Só que eu não podia falar nada, eu não podia me defender, não houve nenhuma cooperação dos colegas. A direção da escola, apesar de ver todo o tumulto que isso causava na escola, simplesmente não tomou nenhuma posição. Os meus colegas não me respondiam boa-noite, não falavam comigo e eu passei a ficar isolada. De professora querida, de professora que participava eu passei a ser adoradora do diabo. Acabei ficando com síndrome do pânico. A partir de outubro de 2002 eu passei a ser tratada por psicólogos, por psicanalistas, por psiquiatras também. O meu pânico era ir para a escola. Eu continuo fora da escola... eu continuo... e não consigo voltar para a escola. Mas... já dei curso, já fiz palestras em outras escolas. Até sobre questões religiosas... Mas, eu simplesmente não consigo voltar. Ainda estou em tratamento médico, embora isso não tenha... [choro e silêncio]. O salário que eu ganho como professora não dá nem para eu pagar a minha psicanalista. E ainda assim eu estou fora de foro, porque acham que eu não tenho problema nenhum. Eu só gostaria que esse depoimento fizesse com que as pessoas refletissem a respeito do seu dia a dia. Que haja respeito. (Cristiane Santos, Professora de Educação Básica e iniciada no candomblé). (ARAÚJO, 2017, p. 196)

Acontece que a intolerância religiosa andando de mãos dadas com o racismo, permanece por décadas frequentando e fazendo parte do espaço escolar naturalizando práticas discriminatórias desde muito cedo para todos aqueles, professores e alunos, que não se encaixam nos padrões já citados anteriormente. Essa naturalização da

discriminação é visível no relato de B. que com 12 anos já se acostumou com “*eles pensarem assim*”, “*eles*” aqui não se configura como um sujeito indefinido. O *eles* referido constantemente atacam e estigmatizam e demonizam as religiões, têm rostos, seguem padrões, têm crenças muito bem definidas e declaradas quando se acham no direito de definir o que era maldade de acordo com princípios cristãos. *Eles* são os cristãos, por muito tempo foram os católicos, hoje deram espaço para um novo movimento os cristãos evangélicos. A naturalização também está presente no relato da professora que não obteve nenhum apoio de colegas e nem da direção, por ser praticante do candomblé, sofreu violentas discriminações que causaram marcas severas. A professora Cristiane foi no seu ambiente de trabalho impedida de atuar como docente quando seu pertencimento religioso foi exposto, foi impedida de ser.

Ainda com Araújo (2017), o medo de ser fica claro em alguns dos relatos e pesquisa acima. As crianças de terreiro, assim como professores de religiões de matrizes africanas, não tinham e não têm ainda direito de falar sobre quem elas verdadeiramente são, não têm espaço para dividir suas experiências de identidade cultural enquanto praticante de uma religião afro-brasileira. Na escola esses indivíduos são impedidos de ser, de existir enquanto sujeitos com identidades subjetivas, impedidas de trocar e dialogar sobre seus *valores*¹⁵. Esse medo de ser muitas vezes faz com que crianças, adolescentes e até mesmo professores optem por esconder suas verdadeiras identidades, por saberem as dificuldades que enfrentarão (ARAÚJO, 2017). Veremos outro depoimento¹⁶ de um hoje adulto Ogan¹⁷ iniciado, mas que na adolescência resolveu adiar suas práticas religiosas por medo de constrangimentos. Ele é irmão de umas das adeptas ao Candomblé dos relatos acima.

M. 32 anos – iniciado com 31 anos no candomblé. “Sou negro e candomblecista. A maior parte da minha família é do candomblé, durante muitos anos no início da minha adolescência eu morei em uma casa de axé e por muito tempo vi como as pessoas iniciadas no candomblé eram tratadas nas ruas do meu bairro. Seja na condução, no comércio, nas escolas e diversos outros lugares, o trato era sempre hostil. Xingamentos, zombarias e maus tratos eram constantes, por isso mesmo

¹⁵ Aqui entendemos valores conforme citado por Caputo (2012, p.213)

¹⁶ Relato obtido no ano de 2020 por mim.

¹⁷ “*Título honorífico conferido, seja pelo chefe do terreiro, seja por um orixá incorporado, aos beneméritos da casa de santo, que contribuam com sua riqueza, prestígio e poder, para a proteção e o brilho do ase. Esse tipo de titulação admite uma série de especificações que abrangem, desde cargos administrativos, até funções rituais. A iniciação dos ogãs é mais breve e se distingue daquela dos iaôs, por excluir a catulagem, a raspagem e alguns outros rituais. Tal como as equédes os ogãs não são passíveis de transe.*” (BAÇAN, 2012, p. 42)

gostando muito do que aprendia no meu dia a dia, das pessoas que frequentavam a casa, e pelo carinho nutrido pela religião, eu aos 13 anos definitivamente me forcei a me manter alheio a isso, por covardemente não querer passar por essas coisas. Aos 11 anos minha irmã foi iniciada no candomblé, pouco mais de um ano depois de minha mãe também se iniciar. Infelizmente vi ambas sofrerem por suas escolhas, e isso me afastava cada vez mais da religião. Via minha irmã crescer com cada vez mais amor aos orixás, sem entender como isso poderia se dar. Ela era olhada torto na escola, tinha mais dificuldade para arranjar namoradinhos, e era segregada por muitas meninas, e nem isso fazia seu amor diminuir. Minha grande preocupação era sempre com a violência que temia que ela pudesse sofrer. Como não podia ajudar muito nos pontos anteriores, dei prioridade a usar minha popularidade na escola para garantir que pessoas de diferentes grupos, idades e influências soubessem se tratar de minha irmã, e que “olhassem ela” enquanto eu não estivesse lá. Nossa diferença é de 4 anos, o que fez com que tivéssemos apenas meus 2º e 3º anos para garantir que ela estivesse segura quando eu não estivesse mais por perto. Na medida do possível tudo correu bem, sei que minha irmã teve problemas, com professores, diretores, mas nunca sofreu agressão física. O tempo passou, minha vida andou, as duas saíram da casa de santo que frequentavam, e frequentaram outras casas, em todas eu não tive confiança nos zeladores e não entrei. 12 anos depois minha mãe estava em uma casa junto com minha esposa e minha irmã em outra. Fui conhecer as pessoas, e senti uma confiança que há tempos não experimentava. Me iniciei no candomblé aos 31 anos de idade, Ogan, escolhido por Oxossi. Desde então minha vida mudou bastante. Faço questão de me posicionar enquanto negro e principalmente enquanto candomblecista perante a sociedade. Explicar sobre a religião para quem não conhece, desfazer impressões ruins. Atuar junto a meus irmãos junto à comunidade, para que as pessoas entendam que as religiões de matrizes africanas, principalmente o candomblé que tem em si uma reputação junto ao povo bem pior que da umbanda, também faz o bem, pratica o bem e o amor ao próximo. Lutar contra a intolerância se tornou uma constante, seja com conhecidos ou desconhecidos. Desconstruir narrativas falaciosas a custo até mesmo de uma boa convivência com pessoas em diferentes esferas se tornou tão comum, que hoje já me pego fazendo isso quase que involuntariamente. Minha meta é tornar a vida melhor para jovens que possam se sentir tranquilos e seguros para seguirem em sua iniciação na religião, como eu não pude ser há muitos anos atrás.”

Esse depoimento nos traz uma história de um homem negro que só teve segurança para se tornar adepto às práticas religiosas que faziam parte da sua formação familiar, sua construção identitária e cultural, após a vida adulta. Isso nos faz refletir o quanto a escola pode interferir na formação de indivíduos e influenciar quanto às suas escolhas, suas memórias e autoestima. E não apenas na formação, como na perpetuação e silenciamento de indivíduos já formados, adultos, mas que ainda assim podem sofrer represálias coletivas ou individuais como o relato da professora Cristiane (ARAÚJO, 2017). Nas experiências desses relatos acima a escola na maior parte das vezes se tornou um local de agressão, insegurança e não pertencimento.

(...) quando o assunto é religião a escola também não pensa duas vezes antes de se posicionar: fica sempre ao lado dos grupos majoritários e de maior expressão na sociedade. Isso influencia tanto os currículos quanto o fazer pedagógico cotidiano. Porque, mesmo havendo parâmetros curriculares nacionais e uma gama de orientações curriculares específicas voltadas para a garantia de uma educação multicultural e inclusiva, as dinâmicas sociorreligiosas sempre influenciam o fazer pedagógico dos professores, já que as vivências pessoais, a história individual e o pertencimento religioso dos docentes e gestores não estão totalmente desligados da sua atuação como profissional da educação, (...) (ARAÚJO, 2017, p. 188)

A escola passa a ser um local contraditório e de disseminação do medo, de acordo com Araújo (2017) a escola, “Ora ela emancipa a pessoa, ora a aprisiona através do seu alinhamento com os grupos sociais, culturais, econômicos e religiosos hegemônicos. Ora ela ajuda as pessoas a superarem seus medos (medo de agir, de enfrentar os infortúnios da vida, medo de se impor no jogo social como sujeito), ora potencializa, alimenta e reproduz esses medos limitantes.” (p. 203) e ainda afirma:

É isso que temos visto no Brasil. A escola agindo de forma esquizofrênica ao corroborar os medos disseminados pelos meios de comunicação a serviço de setores religiosos hegemônicos (hoje principalmente o neopentecostalismo que em si já possui um discurso do medo fortemente marcado por crenças escatológicas e por discursos de demonização do outro). Entre esses medos está o medo relacionado ao mal que as religiões afro-brasileiras representariam. Nesse sentido, a escola iguala-se à televisão, ao cinema, às igrejas.(p. 203)

E de acordo com as análises de Caputo (2012) e Araújo (2017) que a escola se mantém num lugar de silenciamento, tanto de alunos quanto de professores. Assim a urgência da implementação da Lei 10.639 (Brasil, 2003) se faz cada vez maior no sentido de resgate de memórias, respeito às diversidades e de autovalorização para as comunidades afrodescendentes. Contudo o esforço é muito árduo para que as religiões de matrizes africanas também sejam trabalhadas na escola, pois muitos professores têm preconceito sobre o tema, ou a direção não concorda, ou os pais não concordam. A formação se faz muito necessária para conscientização e despadronização de discursos intolerantes e sem conhecimento, sobretudo quando tratamos sobre as religiões afro-brasileiras. Refletindo sobre a formação e a importância da reformulação dos currículos tradicionais, sobretudo quando se trata dos cursos de licenciatura. Santos (2018) expõe:

Cabe aqui breve consideração acerca da realidade em transição nas universidades federais, posto que já seja realidade em muitas dessas instituições a disciplina obrigatória de História da África, na grade dos discentes do curso superior de História. Essa disciplina é reflexo das décadas de luta dos movimentos negros sobre o Ensino brasileiro, que se inicia na formação de profissionais docentes da área e se propaga pela produção de conhecimento pedagógico engajado. No entanto, apesar desta relevante conquista, temos a sensação que esta disciplina permanece destacada do contexto das demais, as quais se mantêm firmes em seus conteúdos eurocêntricos e perspectivas economicistas. (SANTOS, 2018, p. 75)

Santos (2018) em suas análises conclui que ainda estamos diante de uma não universalidade de discursos racistas. Muitos professores secundarizam o ensino acerca das relações étnico-raciais por considerarem uma luta apenas dos negros e não da sociedade em geral.

Para além de uma despreocupação ou secundarização dos debates acerca do racismo e das relações étnico-raciais no Brasil, muitos acadêmicos perpetuam a visão classista e elitista das universidades, formando jovens profissionais com padrões excludentes de ensino e referenciais. No caso da formação de professores para o ensino básico, nas diversas licenciaturas plenas pelo país, tal contexto torna-se extremo e dificilmente reversível, seguindo na direção contrária das lutas dos movimentos sociais até hoje. Nesse sentido, há uma segunda batalha em pauta: lutar contra a negativa e retroativa consciência de personagens do alto e inatingível escalão do ensino no Brasil, que formam outros profissionais desprovidos de consciência crítica, democrática e inclusiva. (SANTOS, 2018, p. 76)

O ambiente escolar foco deste trabalho se mostra como reflexo da sociedade brasileira atual, e as dificuldades para incluir discursos de diversidade histórico cultural se assemelha à dificuldade para debatermos sobre o racismo abertamente¹⁸ em diversos espaços.

Nesse sentido, apesar da escola funcionar de maneira autônoma da sociedade do entorno, procurando adotar regras e modos de operar particulares, ela reproduz indiretamente características da sociedade do entorno, destacando as relações de poder, e as desigualdades sócio-históricas, além da violência, dos preconceitos e discriminações. (SANTOS, 2018, p. 77)

¹⁸ Gostaria de citar a declaração do vice-presidente Mourão sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas na véspera do dia da Consciência Negra no Brasil dentro do supermercado Carrefour, onde Mourão afirma que “*Pra mim no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui pro Brasil. Isso não existe aqui.*” <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml> acessado em 30 de novembro de 2020.

Contudo a formação acadêmica em si apenas não é a única responsável pela perpetuação de padrões hegemônicos, eurocêntricos e excludentes, já denunciados anteriormente em conformidade com as análises de todos os autores citados e presentes neste trabalho. A própria estrutura escolar dificulta para a implementação na prática da lei 10.639 (Brasil, 2003), os materiais didáticos, ainda que muitos já reformulados, estão muito longe do necessário para uma educação antirracista que consiga reunir elementos de desconstrução de padrões hegemônicos citados durante todo esse trabalho. No Rio de Janeiro presenciamos o ensino religioso confessional nas escolas estaduais¹⁹, em São Paulo observamos pesquisas onde alunos e professores silenciam suas práticas religiosas, as repartições públicas ainda mantêm padrões cristãos com símbolos e referenciais explícitos, na política vemos a bancada evangélica ascender com cada vez mais força, enfim, observamos todo uma estrutura sólida e aparentemente contribuinte para perpetuação de discriminações dentre elas a religiosa em todo país.

Há que se reconstruir a escola. Mas, a partir de que momento? A partir do momento em que ela passou a ser um não-lugar para o negro. Afinal, quando isso aconteceu (o que coincide com a expulsão e rejeição do seu principal agente civilizador, o que pode remeter a própria gênese da escola), deixou-se de fora também a cultura e a religião do negro. (ARAÚJO, 2017, p. 277)

Aqui me coloco no texto para concordar com todos os autores lidos, citados e presentes nesse trabalho, onde todas as denúncias feitas sobre o ambiente escolar como não espaço para diferenças, para o não-hegemônico, para o não-cristão, para o não-branco. A escola reflete a sociedade em que vivemos, mas isso não deve ser um definidor de caminhos para nós educadores. A partir de todas essas reflexões precisamos enquanto educadores nos fazer presentes e agir contra tudo que já se mostra como definitivo. É necessário fazermos pequenas mudanças que estão ao nosso alcance pois assim as lógicas minimamente são quebradas e ressignificadas com conhecimento e reflexões.

Com isso concordamos com Santos (2018) sobre a seleção de conteúdos, e para isto não basta apenas o professor no planejamento das suas aulas, mas seria muito mais

¹⁹ O Governador Wilson Witzel sancionou a lei 8.585 (Rio de Janeiro, 2019) que retira a obrigatoriedade do ensino confessional nas escolas estaduais no ano de 2019, contudo não achei pesquisas recentes que comprovem ou desaprovem o cumprimento desta na rede pública de ensino estadual. Seria necessário um estudo de maior abrangência e pesquisa atual nas escolas estaduais do Rio de Janeiro.

completo uma participação de toda estrutura pedagógica docente para a construção de um currículo antirracista e democrático.

A seleção de conteúdo deve ser realizada com crítica e preocupação, no esforço docente em superar a regra eurocêntrica curricular, bem como as hierarquias resultantes das relações de poder. É papel da escola como um todo incentivar os alunos na busca das raízes étnico-culturais afro-brasileiras, a partir de oficinas, palestras e pesquisas extraclases, que popularizem entre os estudantes a visão positiva acerca das heranças africanas na sociedade. Lembramos que para isso é fundamental o conhecimento e preparo teórico do docente e demais profissionais da educação, necessários para operacionalizar a Lei da forma mais consciente e eficiente forma. (p.80)

Ainda que possa parecer utópico, diante de todas as reflexões nesse capítulo, e que a coordenação pedagógica em muitas escolas não assuma uma postura colaborativa em relação ao tema e aplicação prática da lei 10.693 (Brasil, 2003), é possível mudar algumas atitudes, alguns discursos, que trazem de alguma forma a proposta para dentro do ambiente real escolar. Veremos algumas falas²⁰ de uma professora da Educação Infantil do município de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro. As experiências dessa docente nos trazem esperança de que mesmo sem uma estrutura completamente engajada na educação antirracista é possível ser resistência e colocar em prática a lei 10.639 (Brasil, 2003), objetivo deste estudo.

C. Professora de Educação Infantil em Nova Iguaçu - Sou professora da rede pública e fiz uma especialização em relações étnico raciais na escola, então embora eu não tenha estudado muito no aspecto histórico as religiões de matriz africana, eu sempre faço comparações, eu trabalho com crianças de até 4º ou 5º ano. Estamos agora com muitos diretores evangélicos, e eu não tenho problema nenhum com a religião de ninguém, desde que não venha a interferir naquilo que deve fazer parte do planejamento da sala de aula. Então sou bastante enfática toda vez que estamos em reunião reforço que não esqueçam a lei 10.639, bato sempre nessa tecla, porque antes falávamos sempre de Europa, Europa, Europa... Agora devemos falar das nossas origens africanas e indígenas, e eu por exemplo falo de religião como área de pesquisa da ciência, não como religiosa. É o que digo, religião daqui pra fora, da porta para dentro eu sou professora.

Essa professora com sua fala despreziosa nos dá dicas de possibilidades de atuar na sala de aula, em mudanças estruturais até em como se posicionar diante de

²⁰ Relato Colhido pela autora no ano de 2020.

outros colegas, em reuniões sobre decisões pedagógicas. Mesmo alegando não professar nenhuma religião, ela é taxada como “a tia macumbeira” na escola:

Sim, perguntam se sou macumbeira, seu conhecimento é porque sou macumbeira, é esse o princípio e eu digo que não, e que como professora eu tenho obrigação de conhecer. Por exemplo, como eu vou falar que os portugueses vieram da Europa, chegaram nessas terras e tem como eu não falar que rezaram missas? Que tiveram os jesuítas? Tenho que falar... Então como eu vou falar de outros povos que viviam aqui, ou que foram forçados a virem pra cá, sem falar da religiosidade deles? E eu faço comparações entre essas formas de ver o mundo, essas formas de entender o sagrado, embora eu não conheça profundamente nenhuma delas. O que eu faço é me manter muito bem resguardada pela lei, porque é uma luta dentro das escolas para fazer essa diferença.

As falas dessa professora traduzem o objetivo desse trabalho, a junção de uma formação com os temas étnico-raciais, associado com o engajamento do docente em aplicar a lei 10.639 (Brasil, 2003) no dia a dia em suas salas de aula, e sobretudo o domínio dessa lei. Pois quando um assunto é dominado é muito mais fácil questionar as negativas, debater as possibilidades sem reproduzir diariamente o mesmo currículo moldado já discutido ao longo deste trabalho.

Por acreditar que o conhecimento derruba todos os preconceitos e discriminações e traz o respeito à diversidade, assim como, corrobora para identidades mais fortalecidas e com autoestima positiva, penso que a realização da proposta pedagógica sugerida no capítulo posterior, como de outras de forma contínua podem elucidar como historicamente as populações negras brasileiras e africanas tem sofrido, principalmente no campo religioso. É urgente que os docentes possam acreditar assim como a professora C. com seu relato acima, que mínimas atitudes fazem grandes mudanças na educação, e geram bons frutos na sociedade na formação de indivíduos que pensem na diversidade, na multiculturalidade, nas diferenças de forma democrática e respeitosa.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Diante das circunstâncias excepcionais que configuram o ano de 2020, ano de construção deste trabalho, não tive a oportunidade de colocar em prática a proposta pedagógica abaixo para melhor análise de casos e construção de dados.

Com todas as questões levantadas nesse trabalho, acreditamos que é necessária uma intervenção pedagógica que vise promover o respeito pela diversidade religiosa nos espaços escolares. Intervenção essa que deve ser contínua e que atenda às propostas da Lei 10.639 (BRASIL, 2003), para tanto, sugerimos abaixo um projeto que seja um pontapé para tal intervenção.

Esse projeto tem o intuito de inverter lógicas depreciativas acerca da religião candomblé, que acreditamos ser a mais perseguida dentre as religiões afro-brasileiras. O tema “Vamos falar de religião?” é muito rico e pode dar frutos para continuidade e expansão do mesmo falando de forma não confessional sobre religião no espaço escolar. Trazendo conhecimento, imagens e reflexões acredito que esse projeto seria de grande importância para qualquer turma de ensino fundamental ou médio de qualquer colégio de rede privada ou de rede pública, desde que adaptada às devidas linguagens e atividades propostas para a turma a ser aplicada. Como conclusão do projeto irei propor aos alunos uma produção artística individual a partir de todas as nossas conversas durante nossos encontros. A produção artística pode ser uma ilustração, um texto, uma poesia, uma foto, um relato, uma história em quadrinhos, enfim conversaremos sobre alternativas criativas onde cada aluno poderá se expressar subjetivamente. Faremos uma exposição a partir dessas produções feitas pelos alunos na escola com o tema de intolerância religiosa: “*Vamos falar de Religião?*”

Em conformidade com a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) que modifica a Lei de Diretrizes e Bases de Educação (BRASIL, 1996) com o objetivo de construir um país menos racista e com menos desigualdade, mais democrático e respeitoso em suas diversidades, esse trabalho dialoga com essas modificações e traz propostas para um ensino mais igualitário. Acredito que uma das formas de se combater a intolerância religiosa é justamente estudando sobre as diferentes religiões, pois, o conhecimento desmistifica os padrões racistas e preconceituosos que afetam nossa sociedade em especial quando tratamos de religiões de matrizes africanas.

As discussões sobre religiosidade e suas culturas, principalmente das religiões de matrizes africanas, precisam se fazer presentes no cotidiano escolar de todos os seguimentos da Educação Básica, porque a escola é um local, no qual, a diversidade se faz presente o tempo todo. Por isso, em todas as escolas deve haver conversas, debates e enfrentamento de possíveis preconceitos e discriminações de cunho religioso. Essa postura tem que ocorrer até mesmo em determinados ambientes escolares que, não tenha declaradamente alunos praticantes de alguma religião de matriz africana. Isto porque, o conhecimento de como surgiram tais religiões está totalmente relacionado com construção social do Brasil e, falar de religiões afro-brasileiras é falar também de cultura brasileira.

Reconhecer é também valorizar, divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negra desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004. p.12)

Com isso, a escola precisa urgentemente discutir e trazer propostas pedagógicas que busquem permitir aos alunos uma visão crítica sobre o racismo e a intolerância religiosa. Para, dessa forma, contribuir com conhecimento e respeito às diferenças e promover a eliminação de preconceitos, discriminações e intolerância. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, minha proposta pedagógica é a por meio de um projeto intitulado: “*Vamos falar de Religião?*” pelo qual, os alunos conheceriam um pouco sobre as religiões afro-brasileiras e entenderiam como que estas tornaram-se um grande tabu além de serem discriminadas. Ademais, os alunos teriam participação ativa em pesquisas sobre o tema e, principalmente, nas discussões e debates.

Este projeto seria realizado em um bimestre. Inicialmente seriam 4 encontros num período de 2 meses, acontecendo a cada 15 dias, e no final de cada encontro teríamos uma atividade para avaliarmos o retorno dos alunos. O projeto se direcionaria aos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental.

Elaborei um planejamento para melhor entendimento da minha proposta:

PROJETO: “VAMOS FALAR DE RELIGIÃO”

Turma: 7º ano do Ensino Fundamental

Objetivo Geral:

- Incentivar o respeito pelas religiões de matrizes africanas.

Objetivos específicos:

- Desmistificar padrões racistas e preconceituosos em relação as religiões de matrizes africanas;
- Contribuir para a construção de identidades positivas para as crianças candomblecistas e umbandistas;
- Promover uma visão de Continente Africano heterogêneo.

Procedimentos e Estratégias – 4 encontros.

- 1) Contação da história *Minhas Contas*²¹(ANTONIO, 2008) por meio de imagens do livro em slides. Em seguida, propor uma roda de conversa sobre a história. Depois, perguntar aos alunos se eles possuem religião ou não. E para aqueles que disser sim, indagar qual. Por último, propor uma pesquisa sobre o candomblé em grupos de no máximo seis integrantes para o próximo encontro.
- 2) Conversa sobre o resultado das pesquisas em grupo. Na sequência, apresentar slides com imagens do Continente Africano que desmistifiquem a ideia de cultura única.
- 3) Apresentação em slides de divindades e suas áreas de atuação, roda de conversa e reflexão sobre o assunto proposto. Comparações com o modo de visão de mundo entre o candomblé e o cristianismo.
- 4) Apresentar para os alunos imagens sobre intolerância religiosa, reflexão sobre imagens e roda de conversas sobre intolerância, respeito e diversidade.

Culminância: Exposição sobre Intolerância Religiosa a partir de produções artísticas livres feitas pelos alunos.

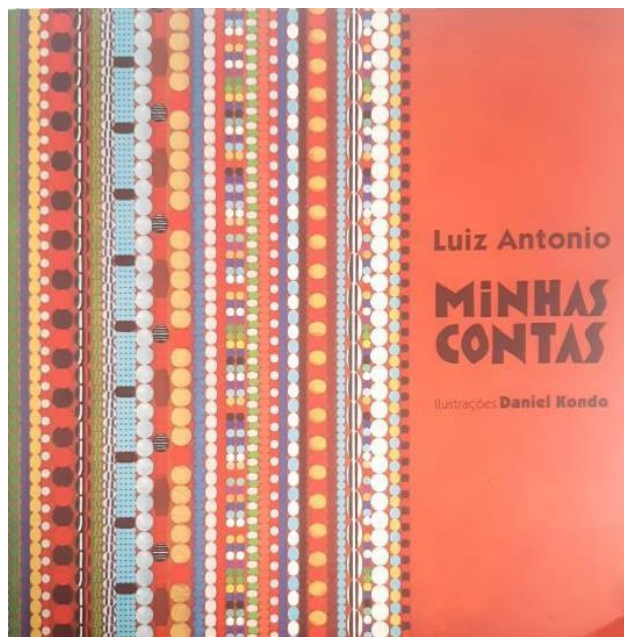
Recursos Didáticos:

²¹ Podemos encontrar uma leitura online desse livro no youtube através do link <https://www.youtube.com/watch?v=hztq2vrXiCk>, acessado em 06 de dezembro de 2020.

Livros e slides.

O primeiro encontro começaria com uma contação de história através de uma apresentação de slides de um livro infanto-juvenil chamado *Minhas Contas* (ANTONIO, 2008). Esse livro traz a história de dois meninos, onde um deles é do Candomblé. Nei e Pedro são melhores amigos, porém quando a mãe de Pedro vê Nei usando fios de contas, proíbe a amizade dos dois. A história se desenrola sob o viés da necessidade de respeitarmos as individualidades de cada um independente de religião, e cita o candomblé assim como a capoeira e o samba como resistências culturais do povo afro-brasileiro. Acredito que essa contação de histórias em si já traria diversas questões para trabalhar com os alunos na temática proposta. A história (ANTONIO, 2008.) traz expressões como macumbeiro, candomblé, fio de contas, turbante, quipá entre outras, o que seria ótimo questionar os alunos e obter essas trocas sobre o que pensam, o que sabem a respeito do assunto. Seria possível o início de desmistificação de discursos discriminatórios que possivelmente possam aparecer nessa roda de conversas. Como atividade para esse primeiro encontro seria proposto aos alunos formarem grupos de 6 alunos onde cada grupo faria uma breve pesquisa sobre o Candomblé, suas origens históricas, alguns mitos iorubanos e sobre a cosmogonia religiosa. Suponhamos que tivéssemos uma turma de 36 alunos, cada 2 grupos de 6 alunos ficariam responsáveis pelos três temas sugeridos que seriam definidos em sorteio para cada grupo no final desse encontro.

Imagens relativas ao 1º Encontro do Projeto “*Vamos falar de religião?*”

Figura 1 - Capa do Livro Minhas Contas

Fonte: ANTONIO (2008)

No segundo encontro iniciaremos uma conversa sobre as pesquisas, e sobre as experiências desses alunos durante esse processo. Podem surgir discursos de intolerância e reprovação dos pais, ou de outros professores, e cada polêmica pode ser de rico aproveitamento para esse projeto. Conversaremos que estudar sobre uma determinada religião não nos obriga a professar da mesma, mas entender suas funcionalidades e respeitar como iguais aqueles que as praticam. Durante esse encontro será apresentado um slide, com ilustrações do Continente Africano que mostram diversas regiões africanas de onde os africanos escravizados foram trazidos para o Brasil, e conversar sobre como cada localidade tinha uma cultura, línguas e crenças diferentes. Dessa forma conseguiremos trabalhar conceitos de heterogeneidade de Áfricas, descartando a ideia de uma única unidade cultural. Usaremos o Candomblé como exemplo de uma religião criada no Brasil a partir das experiências diaspóricas vividas por negros escravizados vindos de diferentes localidades do continente Africano. Focaremos na religião como uma das produções culturais surgidas a partir da contribuição dos negros escravizados para a diversidade da construção cultural brasileira. Em slides veremos algumas influências do candomblé na história cultural regional como na culinária e na música.

Imagens relativas ao 2º Encontro do Projeto “*Vamos falar de religião?*”

Figura 4 - Mapa desenhado de 1570 do Continente Africano



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d1/Africae_tabula_nova.jpg

Figura 5 - Mapa Político do Continente Africano atualizado



Fonte: <https://www.guiageo.com/africa-politico.htm>

Figura 6 - Foto de um terreiro de candomblé



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/bahia-da-largada-para-reforma-de-terreiros-de-candomble-de-salvador-3143129>

Figura 7 - ACARAJÉ - comida votiva preparada para culto à divindade Oyá



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/47979536@N05/21292255630>

Figura 8 - Foto de xequerês instrumento musical utilizado nos cultos de candomblé



Fonte: <https://talentos.fenae.org.br/Detail/FotoFilme/10590>

Figura 9 - Foto de um agogô, outro instrumento musical utilizado nos cultos de candomblé



Fonte: <http://www.percussionista.com.br/instrumentos/agogo.html>

No **terceiro encontro** teremos uma roda de conversa sobre algumas diferenças na forma em que essa prática religiosa olha para o mundo. Podemos fazer uma breve comparação do Candomblé com o cristianismo, discutindo as diferenças e possíveis semelhanças. Dialogaremos com os grupos a respeito das suas pesquisas, a ideia é que os alunos participem ativamente do processo de trocas e construção de conhecimento.

Trazendo como pano de fundo o panteão de divindades cultuadas no Candomblé, é possível que em sala de aula surjam muitas questões a serem trabalhadas, e desmistificadas como o preconceito com algumas expressões tais como “macumba”, “demônio”, “não ser de Deus”, trago essas possibilidades pois são muito comuns e corriqueiras essas afirmações e linguagens numa situação de choques entre culturas religiosas afro-brasileiras dentro do espaço escolar. Ao tratar de Orixás podemos questionar aos alunos o porquê consideramos normal tratarmos de mitologia grega na sala de aula com o viés histórico-cultural, mas ao tratar de mitologia iorubana isso traga incômodo para alguns. Apresentarei em slides imagens ilustradas de algumas divindades e os elementos de natureza que cada um rege de acordo com a visão do candomblé. Estimularei o conto de ao menos dois *itans*²² ao menos um de cada grupo que ficou responsável pela pesquisa de mitologia iorubana.

Imagens relativas ao 3º Encontro do Projeto “*Vamos falar de religião?*”

Figura 10 - Representação ilustrada dos Orixás



Fonte: <https://www.ceert.org.br/noticias/liberdade-de-crenca/20561/candomble-no-brasil-orixas-tradicoes-festas-e-costumes>

²² Como a escolha pedagógica foi o recorte Iorubá na referência de crenças e mitos, esse termo *Itan* é como se refere em Iorubá a respeito de contos, lendas e mitos.

Figura 11 - Imagem de alguns Orixás



Fonte: (ANTONIO, 2008, p. 52)

Figura 12 - Imagem de alguns Orixás



Fonte: (ANTONIO, 2008, p. 52)

No **quarto e último encontro** começaremos com uma apresentação de slides, com imagens de intolerância religiosa. O objetivo aqui seria perceber como durante esse projeto os alunos conseguiram compreender e reagir com o tema de intolerância religiosa. Indagarei sobre o que acham das imagens apresentadas, depois de tudo que trocamos e refletimos ao longo dos outros encontros. Acredito que neste ponto do projeto já tenhamos desmistificado muitos padrões discriminatórios, e tenhamos retorno de acordo com a reflexão e troca com os alunos sobre o respeito às diferenças religiosas culturais e históricas.

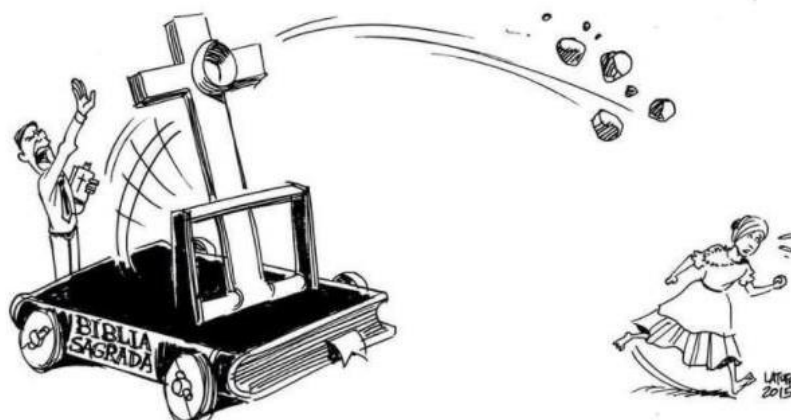
Imagens relativas ao 4º Encontro do Projeto “*Vamos falar de religião?*”

Figura 13 - Ilustração sobre perseguição dos terreiros de candomblé



Fonte: http://lounge.obviousmag.org/utopica_verdade/2017/08/para-entender-a-Intolerancia-religiosa.html

Figura 14 - Charge sobre perseguição aos adeptos de religiões afro-brasileiras



Fonte: <https://www.gestaoeducacional.com.br/intolerancia-religiosa-o-que-e/>

Figura 15 - Charge sobre intolerância religiosa



Fonte: <https://br.blastingnews.com/sociedade-opinioao/2017/08/a-intolerancia-religiosa-e-um-cancer-na-sociedade-001915027.html>

Figura 16 - Ilustração sobre perseguição cristã aos povos de terreiro



Fonte: <https://jornal.jornalooperitivo.com/2020/01/dia-nacional-do-combate-intolerancia.html>

Figura 17 - Reportagem sobre discriminação religiosa no trabalho



CASOS DE RACISMO

Funcionária denuncia empresa por demissão depois de raspar a cabeça em ritual religioso em Cuiabá e diz que foi chamada de 'macumbeira'

Fonte: <https://www.geledes.org.br/tag/intolerancia-religiosa/>

Figura 18 - Reportagem sobre incêndio criminoso em uma casa de candomblé



Fonte: <https://istoe.com.br/violencia-em-nome-de-deus/>

Figura 19 - Foto de menina de 11 anos agredida por evangélicos a pedrada



Fonte: <http://teclmulher.com.br/noticia,142,vitima-de-intolerancia-religiosa-menina-de-11-anos-e-apedrejada-por-evangelicos-na-saida-de-culto-de-candomble-no-rio.html>

Figura 20 - Reportagem sobre idosa agredida por racismo religioso



Fonte: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/idosa-agredida-pede-que-policia-inclua-termo-intolerancia-religiosa-em-registro-21739965.html>

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de alguns indivíduos em revelar o pertencimento religioso mesmo após a idade adulta, sugeria que as discriminações sofridas durante a idade escolar por crianças pertencentes às religiões afro-brasileiras poderiam ser mais comum do que se esperava.

Este trabalho pretendeu analisar a existência da intolerância religiosa no ambiente escolar, sobretudo em relação às religiões de matrizes africanas. Através de relatos e de análises bibliográficas, compreendemos como a escola poder ser reprodutora de padrões discriminatórios. Compreende-se com essas pesquisas que a escola independente da sua autonomia diante os diversos espaços que compõe a sociedade, está emergida e não se exclui de padrões preconceituosos tão comuns à sociedade brasileira.

Dentre os objetivos específicos propostos analisar a intolerância religiosa como uma das formas de racismo, se mostrou muito importante neste estudo. Tratando

especificamente sobre intolerância às religiões de matrizes africanas, que trazem referência direta a culturas negras religiosas, os padrões discriminatórios se relacionam com os preconceitos aos estereótipos criados acerca do indivíduo negro como resultado de séculos de escravidão.

A inferioridade do negro ainda exposta nos currículos baseados nos padrões europeus, dialoga com a necessidade proposta de um maior envolvimento dos educadores em busca de uma educação antirracista. Outro objetivo atendido foram as diversas análises, sugestões e apontamentos sobre como a escola pode ser importante para desmistificar estereótipos criados em relação ao indivíduo negro, e em tudo que se refere às raízes africanas.

Durante o trabalho verificou-se através de múltiplos relatos que a intolerância religiosa no ambiente escolar impede muitos indivíduos de adquirir em sua formação uma identidade positiva sobre suas raízes culturais. A partir de tantas escolhas aos padrões brancos, hegemônicos e cristãos já estabelecidos observamos que a escola se torna um espaço contraditório de formação de indivíduos. A escola se revela como um ambiente de violência silenciada, onde indivíduos praticantes de religiões afro-brasileiras, não têm espaço para contribuir com seus valores e modos de pensar, tendo constantemente que se adaptar ao pré-determinado.

Ficou claro que o comprometimento do docente pode fazer grande diferença nas escolhas pedagógicas, discutindo e trazendo para os alunos possibilidades de convivência e respeito às diversidades. Que a estrutura de formação da sociedade brasileira se baseia nessas múltiplas diferenças, e que é possível inverter lógicas já pré-estabelecidas pelas culturas hegemônicas.

Um ponto importante para este trabalho foi a sugestão pedagógica, em conformidade com a Lei 10.639/03, de um projeto que pode ser posto em prática em qualquer unidade e idade escolar com pequenas adaptações, com a finalidade de trazer para as discussões e reflexões de docentes e discentes sobre as diversas culturas religiosas, e como é possível falar de religião de forma não confessional. E, não só como é possível mas necessário desenvolver uma educação laica verdadeira que não valorize uma cultura à outra, mas que considere todas como possibilidades de contribuições culturais.

Através dos estudos de casos dos autores escolhidos para os diálogos desta pesquisa, trouxemos análises de relatos reais sobre a intolerância religiosa no ambiente escolar. Os relatos alguns retirados das obras do referencial teórico, e outros colhidos

por mim com ex-alunos e alunos, que se iniciaram na religião Candomblé, e suas experiências no período escolar. Também foram analisados relatos de professores que sofreram discriminações, e de professores que lutam diariamente para a implementação nos currículos das culturas afro diaspóricas.

Diante da metodologia proposta percebe-se que este trabalho poderia ter se estendido quanto à coleta de relatos mais extensa com docentes, adeptos do candomblé, e à análise de formação dos professores em relação a uma educação antirracista. Outra dificuldade encontrada foi sobre a prática da proposta pedagógica impossibilitada diante do panorama pandêmico em que nos encontramos mundialmente. Creio que este trabalho poderia ter tido um resultado mais satisfatório quando a discussão de dados, caso a proposta pedagógica tivesse sido aplicada, que poderia gerar muitas considerações positivas para este estudo.

Para estudos futuros aconselho sobre uma pesquisa atualizada da prática do ensino religioso nas escolas estaduais do Rio de Janeiro, citado brevemente neste trabalho. Investigações mais abrangentes sobre a formação dos professores nos cursos de licenciatura, e analisar como estes estão dialogando com a Lei 10.639/03 podem ser também de grande contribuição. Também caberia uma investigação sobre as escolhas dos materiais didáticos, e quais benefícios ou dificuldades esses possam apresentar.

Em suma este trabalho trouxe diversas análises que permitem a percepção que é preciso uma reformulação nas estruturas escolares com o objetivo de inverter a lógica excludente escolar já discutida ao longo desse, e permitindo as diversas manifestações subjetivas de indivíduos, sejam docentes ou discentes. Os educadores de forma geral precisam se comprometer com uma educação democrática e antirracista, com intuito de contribuir para formação de identidades positivas de indivíduos que se encontram constantemente silenciados, discriminados e estigmatizados. Dificilmente será possível vencer o racismo presente na sociedade brasileira se este for tratado isoladamente. É preciso entender que as discriminações em determinadas manifestações culturais, históricas e religiosas, estão ligadas diretamente às suas referências ao negro e ao africano constantemente inferiorizados e discriminados em relação ao branco e ao europeu.

Aos professores deixo uma reflexão onde apenas respeitar as diferenças enquanto indivíduo talvez não seja suficiente. Torna-se imperativo agir de forma vigilante quanto às desconstruções de padrões hegemônicos e discriminatórios sobretudo ao que se refere ao negro e suas raízes. Por fim entende-se que os professores

não são os responsáveis principais pela perpetuação dos currículos padronizados hegemonicamente, afinal eles também estão inseridos nesta lógica estrutural escolar. Contudo, esclarece-se que mudanças deste tipo dificilmente partem de estruturas superiores, pelo contrário, os primeiros movimentos de reformulação precisam ser alavancados pelos professores, que são os reais agentes da prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo. Dez anos do “Chute na Santa”: A Intolerância com a Diferença. *In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro.* 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

ANTONIO, Luiz. **Minhas Contas.** 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

ARAÚJO, Patricio Carneiro. **Entre Ataques e Atabaques: intolerância religiosa e racismo nas escolas.** 1 ed. São Paulo: Arché Editora, 2017.

BAÇAN, L P. **Dicionário dos Rituais Afro-Brasileiros.** 1 ed. Londrina: Edição Eletrônica L P Baçan, 2012. Disponível em: https://adab1e55-a3b4-419d-bca3-9eaa713ba1e5.filesusr.com/ugd/a00390_4935c6efa48c47f4b3f13ac02f022e7b.pdf. Acesso em: 24 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, Ministério da Educação, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL, **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** LDB. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

CAPPELLI, Rogério. Religiões de Matriz Africana. **Revista do Programa de Educação sobre o Negro da Sociedade Brasileira: Cadernos PENESB,** Rio de Janeiro, v. 12, n. 12, p. 325-367, 2012.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças de candomblé.** 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia.** 9. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008.

COSTA, Valéria; GOMES, Flávio. (org.). **Religiões Negras no Brasil: da escravidão à pós emancipação.** 1 ed. São Paulo: Selo Negro, 2016.

MARIANO, Ricardo. Pentecostais em Ação: A Demonização dos Cultos Afro-brasileiros. *In: SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro.* 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância Religiosa.** 1 ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. [livro eletrônico]

ORO, Ari Pedro. Intolerância Religiosa Iurdiana e Reações Afro no Rio Grande do Sul. *In:*SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

PARÉS, Luis Nicolau. **A Formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 3. ed. ver. e ampliada. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.[livro eletrônico]

RIO DE JANEIRO, **Lei 8.585 de 25 de outubro de 2019**. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/0d71e31159026449832584a2005e98b9?OpenDocument#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.585%20DE%2025,JANEIRO%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%84NCIAS>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SANTOS, Rachel Romano dos. **Conheça seu irmão: religiosidades de matrizes africanas no discurso escolar**. 2018. Monografia (Especialização de Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Entre a Gira e a Fé e Jesus de Nazaré. *In:* SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). **Intolerância Religiosa: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-brasileiro**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.